PROGRAMA DE GOVERNO 2002 COLIGAÇÃO LULA PRESIDENTE

UM BRASIL PARA TODOS.

Programa de Governo 2002

Índice

Crescimento, Emprego e Inclusão Social

Introdução 2
Política Externa para Integração Regional e Negociação Global 6
O Desafio é ter uma Economia menos Vulnerável 10
Mobilização pela Produção e pelo Emprego 12
Inclusão Social com Justiça Ambiental 14
Educação e Cultura para Fortalecer a Coesão do País 14
Programa de Reformas 16
· Reforma Tributária 16
· Reforma da Previdência 17
· Reforma Agrária 21
· Reforma Trabalhista 22
· Reforma Política 24

Desenvolvimento, Distribuição de Renda e Estabilidade

A Herança Econômica 26
A Herança Social 28
O Social como Eixo do Desenvolvimento 30
O Fortalecimento da Economia Nacional 32
A Dinâmica do Novo Modelo 34
A Política Industrial do Novo Modelo 35
A Transição para o Novo Modelo tem como Alvo o Crescimento 38

Inclusão Social

A Política de Garantia de Renda Mínima 41
Programa de Combate à Fome 43
A Política de Educação 44
Uma Nova Política Educacional 46
A Política de Saúde 46
A Política de Assistência Social 51

Infra-estrutura e Desenvolvimento Sustentável

Diretrizes Gerais 53
Fontes de Financiamento 54
Nova Política Nacional de Desenvolvimento Regional 56
Reconstrução das Cidades e Desenvolvimento Urbano 58
Projeto Moradia 60
Mobilidade Urbana 61
Transporte 62
Políticas Ambientais, Saneamento e Meio Ambiente 63
Recursos Hídricos 64
Energia 65
Setor Elétrico 65
Setor Petróleo 68
Álcool Combustível 69
Tecnologia da Informação 69
Política de Infra-Estrutura de Comunicação Telecomunicações 71

Expediente 72

Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo - Partido dos Trabalhadores (www.pt.org.br) / Fundação Perseu Abramo (www.fpabramo.org.br)

Um Brasil para Todos

Crescimento, Emprego e Inclusão Social

Introdução

1. Para mudar o rumo do Brasil será preciso um esforço conjunto e articulado da sociedade e do Estado. Esse é o único caminho para pôr em prática as medidas voltadas ao crescimento econômico, que é fundamental para reduzir as enormes desigualdades existentes em nosso País. A implantação de um modelo de desenvolvimento alternativo, que tem o social por eixo, só poderá ter êxito se acompanhada da democratização do Estado e das relações sociais, da diminuição da dependência externa, assim como de um novo equilíbrio entre União, estados e municípios. Da mesma forma, o estabelecimento de segurança e paz para a cidadania, da plena defesa da integridade territorial e de uma orientação externa que permita a presença soberana do País no mundo são condições necessárias para a construção de um Brasil decente.

2. Só um novo contrato social que favoreça o nascimento de uma cultura política de defesa das liberdades civis, dos direitos humanos e da construção de um País mais justo econômica e socialmente permitirá aprofundar a democratização da sociedade, combatendo o autoritarismo, a desigualdade e o clientelismo. Na busca de um novo contrato, a mobilização cívica e os grandes acordos nacionais devem incluir e beneficiar os setores historicamente marginalizados e sem voz na sociedade brasileira. Só assim será possível garantir, de fato, a extensão da cidadania a todos os brasileiros. É indispensável, por isso, promover um gigantesco esforço de desprivatização do Estado, colocando-o a serviço do conjunto dos cidadãos, em especial dos setores socialmente marginalizados. Desprivatizar o Estado implica também um compromisso radical com a defesa da coisa pública. A administração deixará de estar a serviço de interesses privados, sobretudo dos grandes grupos econômicos, como até agora ocorreu. Um Estado eficiente, ágil e controlado pelos cidadãos é também a melhor arma contra o desperdício e a corrupção.

Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo - Partido dos Trabalhadores (www.pt.org.br) / Fundação Perseu Abramo (www.fpabramo.org.br)

3. A imensa tarefa de criar uma alternativa econômica para enfrentar e vencer o desafio histórico da exclusão social exige a presença ativa e a ação reguladora do Estado sobre o mercado, evitando o comportamento predatório de monopólios e oligopólios. O controle social dará também mais transparência e eficácia ao planejamento e à execução das políticas públicas nas áreas de saúde, educação, previdência social, habitação e nos serviços públicos em geral. A boa experiência do orçamento participativo nos âmbitos municipal e estadual indica que, apesar da complexidade que apresenta sua aplicação no plano da União, ela deverá ser estendida para essa esfera. Em outras palavras, nosso governo vai estimular a ampliação do espaço público, lugar privilegiado da constituição de novos direitos e deveres, o que dará à democracia um caráter dinâmico.

4. O contrato social que desejamos promoverá não só a independência entre os três poderes da República como também uma relação mais equilibrada e respeitosa entre União, estados e municípios. Somente um novo pacto federativo poderá corrigir as históricas desigualdades regionais, agravadas nos últimos oito anos, quando a União descentralizou atribuições e encargos administrativos para estados e municípios, ao mesmo tempo que concentrou recursos em Brasília. O novo pacto deverá observar os seguintes princípios:

(a) uma política tributária justa;

(b) pleno cumprimento do orçamento federal;

(c) novos critérios de financiamento compatíveis com o modelo de desenvolvimento que buscará a integração equilibrada do País;

(d) respeito à diversidade e às especificidades regionais e locais nas suas dimensões econômica, social, política, ambiental e cultural;

(e) reconstituição de agências regionais encarregadas de aplicar políticas de desenvolvimento. Os problemas regionais têm de ser entendidos como questões nacionais, que pedem um esforço do Estado e de toda a sociedade brasileira para resolvê-los.

5. O combate às desigualdades econômicas e sociais é condição necessária para que seja garantido a todos os brasileiros e brasileiras o *status* de cidadãos, homens e mulheres realmente iguais perante a lei. Mas também é preciso um esforço político e cultural para que se afirme no País o princípio da igualdade. Não basta que sejam combatidas as causas econômicas das múltiplas formas de desigualdade. São necessárias ações positivas para que se ponha fim às formas de discriminação existentes contra mulheres, negros,

Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo - Partido dos Trabalhadores (www.pt.org.br) / Fundação Perseu Abramo (www.fpabramo.org.br)

índios, portadores de deficiências e pessoas que possuam distintas orientações sexuais, para só citar os casos mais notórios.

6. É flagrante que a população negra está concentrada nas mais baixas faixas de renda, de menor escolaridade, nas piores ocupações e detém maior participação proporcional no contingente de desempregados. Esta situação não pode ser vista como simples herança da escravidão. O racismo vem sendo recriado e realimentado, reforçando um ciclo cumulativo de desvantagem para os negros, que aumenta a cada geração. Os resultados do racismo causam danos materiais, simbólicos e culturais para toda a população negra, agredindo a própria essência da democracia.

7. Nosso governo vai agir no sentido de fortalecer e ampliar as conquistas até agora alcançadas pelas mulheres e atuar para favorecer a construção de uma nova ordem nas relações entre homens e mulheres. Relações mais plurais e democráticas, baseadas na eqüidade, sem os preconceitos de raça e etnia e com oportunidades iguais em todos os aspectos da vida social.

8. As discriminações aparecem também em relação aos jovens, às pessoas da terceira idade, aos migrantes de regiões historicamente abandonadas ou golpeadas por crises econômicas e sociais, e até mesmo em relação a estrangeiros pobres provenientes de vários países.

9. A radicalização do processo democrático no Brasil deve ser entendida como um grande movimento cultural que vai além da adoção de medidas de democracia econômica e social e da realização de reformas políticas. Iniciativas no plano da cultura permitirão ao povo brasileiro expressar e valorizar suas identidades e experiências regionais, sociais, étnicas e apropriar-se dos frutos da civilização em toda a sua diversidade. Esse movimento de democratização cultural da sociedade brasileira só estará completo se for acompanhado da democratização dos meios de comunicação. É fundamental garantir a mais irrestrita liberdade de expressão. Os avanços tecnológicos pelos quais vêm passando o setor de comunicações deverão ser utilizados para colocar velhos e novos meios a serviço da sociedade, permitindo que se expressem da forma mais livre e plural possível. As comunicações cumprirão também importante papel a serviço da educação, da valorização e difusão da produção cultural do País e do mundo.

10. O povo brasileiro está dominado por um sentimento ge-neralizado de insegurança e, por isso mesmo, nosso governo buscará instituir um sistema de Segurança Pública nacionalmente articulado(*). A exclusão social, que tem no desemprego a sua principal expressão, afetando milhões de homens e

Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo - Partido dos Trabalhadores (www.pt.org.br) / Fundação Perseu Abramo (www.fpabramo.org.br)

mulheres, lança diariamente muitas pessoas na desesperança, quando não na criminalidade. As estatísticas mostram as armas de fogo como principal *causa mortis* da juventude e a impunidade com que vem agindo o crime organizado ameaça comprometer o funcionamento das instituições democráticas, freqüentemente infiltradas pela ação de quadrilhas. A mesma impunidade pode ser constatada nas centenas de crimes cometidos contra trabalhadores rurais, sindicalistas, advogados e religiosos que lutam pela Reforma Agrária.

11. O despreparo material e humano dos aparelhos policiais e a lentidão da Justiça estimulam a violência e agravam a criminalidade, que é reproduzida e ampliada pelo absurdo sistema prisional. A impunidade dos poderosos e as brutais condições de miséria de grande parte da população, que contrastam com os constantes apelos ao consumo, provocam uma crise de valores que alimenta a violência. Ricos e pobres estão amedrontados e encerrados em seus bairros e casas. As formas de sociabilidade dos brasileiros se restringem cada vez mais. Os pobres são estigmatizados como criminosos e a convivência civil se vê ameaçada. As próprias instituições de defesa nacional são postas à prova pelo avanço cada vez mais insolente do crime organizado.

12. Nos últimos 20 anos, as Forças Armadas (FFAA) têm procurado estabelecer uma nova identidade. O declínio das doutrinas de segurança nacional anteriores não foi capaz de nos legar uma concepção moderna sobre o papel que as FFAA devem desempenhar em um Brasil democrático e em um mundo em que se multiplicam as ameaças à paz e à soberania das nações. As Forças Armadas brasileiras resistem às pressões nacionais e internacionais para que venham a desempenhar papel de polícia. As FFAA encontram-se, porém, com poucos recursos, não sendo capazes de oferecer a seus contingentes a formação e os meios compatíveis com as exigências da defesa nacional. É imperativo que o novo governo proponha ao Congresso Nacional um debate sobre o papel das FFAA no próximo período. A partir daí será possível definir, com clareza, uma orientação para o reequipamento material das Forças Armadas, coerente com o redesenho da política de defesa nacional. O governo Lula reforçará, modernizará e prestigiará as FFAA do País. A introdução permanente de novas tecnologias para a plena defesa do território nacional, do mar territorial e do espaço aéreo constitui um vetor fundamental para a soberania nacional.

13. Desde já fica claro, porém, que as FFAA cumprirão sua missão constitucional, especialmente aquelas relacionadas com a defesa das fronteiras e a proteção de regiões ameaçadas em sua integridade, como é o caso da

Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo - Partido dos Trabalhadores (www.pt.org.br) / Fundação Perseu Abramo (www.fpabramo.org.br)

Amazônia. Elas deverão estar aptas também para desempenhar missões de paz no mundo.

Política Externa para Integração Regional e Negociação Global

14. A política externa será um meio fundamental para que o governo implante um projeto de desenvolvimento nacional alternativo, procurando superar a vulnerabilidade do País diante da instabilidade dos mercados financeiros globais. Nos marcos de um comércio internacional que também vem sofrendo restrições em face do crescente protecionismo, a política externa será indispensável para garantir a presença soberana do Brasil no mundo.

15. Uma nova política externa deverá igualmente contribuir para reduzir tensões internacionais e buscar um mundo com mais equilíbrio econômico, social e político, com respeito às diferenças culturais, étnicas e religiosas. A formação de um governo comprometido com os interesses da grande maioria da sociedade, capaz de promover um projeto de desenvolvimento nacional, terá forte impacto mundial, sobretudo em nosso Continente. Levando em conta essa realidade, o Brasil deverá propor um pacto regional de integração, especialmente na América do Sul. Na busca desse entendimento, também estaremos abertos a um relacionamento especial com todos os países da América Latina.

16. É necessário revigorar o Mercosul, transformando-o em uma zona de convergência de políticas industriais, agrícolas, comerciais, científicas e tecnológicas, educacionais e culturais. Reconstruído, o Mercosul estará apto para enfrentar desafios macroeconômicos, como os de uma política monetária comum. Também terá melhores condições para enfrentar os desafios do mundo globalizado. Para tanto, é fundamental que o bloco construa instituições políticas e jurídicas e desenvolva uma política externa comum.

17. A política de regionalização, que terá na reconstrução do Mercosul elemento decisivo, é plenamente compatível com nosso projeto de desenvolvimento nacional. A partir da busca de complementaridade na região, a política externa deverá mostrar que os interesses nacionais do Brasil, assim como de seus vizinhos, podem convergir no âmbito regional. De imediato, nosso governo desenvolverá ações de solidariedade para com a Argentina, que permitam a este país irmão superar suas dificuldades atuais e contribuir para uma aliança latino-americana consistente.

Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo - Partido dos Trabalhadores (www.pt.org.br) / Fundação Perseu Abramo (www.fpabramo.org.br)

18. Essa política em relação aos países vizinhos é fundamental para fazer frente ao tema da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). O governo brasileiro não poderá assinar o acordo da ALCA se persistirem as medidas protecionistas extra-alfandegárias, impostas há muitos anos pelos Estados Unidos. Essas medidas foram agravadas recentemente pelas condições definidas no Senado norte-americano para a assinatura do tratado e pela proteção à agricultura dos Estados Unidos. A política de livre comércio, inviabilizada pelo governo norte-americano com todas essas decisões, é sempre problemática quando envolve países que têm Produto Interno Bruto (PIB) muito diferentes e desníveis imensos de produtividade industrial, como ocorre hoje nas relações dos Estados Unidos com os demais países da América Latina, inclusive o Brasil. A persistirem essas condições a ALCA não será um acordo de livre comércio, mas um processo de anexação econômica do Continente, com gravíssimas conseqüências para a estrutura produtiva de nossos países, especialmente para o Brasil, que tem uma economia mais complexa. Processos de integração regional exigem mecanismos de compensação que permitam às economias menos estruturadas poder tirar proveito do livre comércio, e não sucumbir com sua adoção. As negociações da ALCA não serão conduzidas em um clima de debate ideológico, mas levarão em conta essencialmente o interesse nacional do Brasil. Nosso governo se esforçará para construir um relacionamento sadio e equilibrado com os Estados Unidos, país com o qual mantemos importante relação comercial. Além disso, o Brasil deverá propor aos países do Continente relações fundadas no equilíbrio, na cooperação e em mecanismos compensatórios que favoreçam um desenvolvimento harmônico.

19. O Brasil buscará estabelecer relações econômicas, políticas e culturais com todo o mundo. Uma relação equilibrada com os países que integram o Acordo de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA), a União Européia e o bloco asiático em torno do Japão permitirá contornar constrangimentos internacionais, diminuir a vulnerabilidade externa e criar condições mais favoráveis para a inserção ativa do País no mundo. Ao mesmo tempo, nosso governo conduzirá a aproximação com países de importância regional, como África do Sul, Índia, China e Rússia. Trata-se de construir sólidas relações bilaterais e articular esforços a fim de democratizar as relações internacionais e os organismos multilaterais como a Organização das Nações Unidas (ONU), o Fundo Monetário Internacional (FMI), a Organização Mundial do Comércio (OMC) e o Banco Mundial. O Brasil, como segundo país com maior população negra no mundo, deverá voltar-se para a África, explorando os laços étnicos e culturais existentes e construindo relações econômicas e comerciais. Com a África do Sul, em particular, buscará aproximação para construir nova política

Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo - Partido dos Trabalhadores (www.pt.org.br) / Fundação Perseu Abramo (www.fpabramo.org.br)

em direção àquele Continente, sobretudo no que se relaciona aos países de língua portuguesa.

20. Nos últimos oito anos, muita coisa mudou no Brasil. A inflação foi contida, mas não foram criadas oportunidades melhores para o povo. Apesar de todas as promessas, o atual governo fracassou ao não criar as condições para o crescimento sustentado do País. A desigualdade continuou em níveis inaceitáveis. A indigência e a marginalização social aumentaram, com milhões de famílias sem ter sequer o que comer. O desemprego se infiltrou como uma doença na sociedade. A superação desse quadro deixado pelas atuais políticas do governo requer uma atenção especial para os milhões de jovens que anualmente tentam entrar no mercado de trabalho, mas não encontram reais oportunidades de emprego. É preciso evitar que a juventude se torne presa fácil da criminalidade, do tráfico de drogas e do contrabando de armas.

21. O atual governo fracassou também porque vendeu a ilusão de que o Brasil poderia se erguer como Nação sem esforço exportador, sem políticas públicas capazes de levar as empresas e a comunidade científica e tecnológica a investir recursos e esforços em inovação, registro de patentes, desenvolvimento de marcas e produtos aptos a competir internacionalmente. É chocante o fato de que Brasil e Coréia do Sul tivessem, em 1980, o mesmo volume anual de registro de patentes e, 22 anos depois, o Brasil permaneça estagnado (100 por ano), enquanto a Coréia multiplicou por 15 o seu número de registros (1.500 por ano). O governo atual errou ao vender a idéia de que basta abrir a economia para que a produtividade das empresas aumente. Ao pensarmos em políticas ativas de incentivo à produção e à inovação tecnológica, não propomos a volta do velho protecionismo, mas a implantação de políticas industriais com metas explícitas e controle público. Na era do conhecimento em que vivemos, um país com as dimensões e potencialidades do Brasil não pode abrir mão de desenvolver *software*, máquinas inteligentes e bens industriais ou agroindustriais de alto valor agregado e elevado conteúdo tecnológico. O Brasil tem uma base única no setor sucroalcooleiro, ainda longe de ter atingido o pleno desenvolvimento como parte da matriz energética nacional. Num momento em que o mundo se empenha em buscar recursos energéticos alternativos e não poluentes, o desenvolvimento tecnológico do complexo alcooleiro pode permitir uma importante base de negócios, de geração de emprego e renda, com uma estrutura de negócios voltada tanto para o mercado interno quanto para o mercado externo.

22. O Brasil não deve prescindir das empresas, da tecnologia e do capital estrangeiro. Também não pode menosprezar a capacidade da comunidade

Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo - Partido dos Trabalhadores (www.pt.org.br) / Fundação Perseu Abramo (www.fpabramo.org.br)

científica, tecnológica e empresarial brasileira de desenvolver produtos que sejam mundialmente competitivos. Os países que hoje tratam de desenvolver seus mercados internos, como a Índia e a China, não o fazem de costas para o mundo, dispensando capitais e mercados externos. As nações que deram prioridade ao mercado externo, como o Japão e a Coréia, também não descuidaram de desenvolver suas potencialidades internas, a qualidade de vida de seu povo e as formas mais elementares de pequenos negócios agrícolas, comerciais, industriais e de serviços.

23. A agroindústria é hoje um dos maiores bens do Brasil e deve ser incentivada, inclusive por seu papel estratégico na obtenção de superávits comerciais. Mas não aceitamos a idéia daqueles que acreditam ser suficiente o Brasil firmar-se como grande e eficiente produtor de *commodities* agrícolas, para serem industrializadas, embaladas e rotuladas em outros países. Nosso governo tratará de estimular a produção voltada para o mercado internacional, sem descuidar da agricultura não diretamente voltada para a exportação, que será fortalecida com a Reforma Agrária e a agricultura familiar. Isso é fundamental para incluir socialmente milhões de brasileiros.

24. A Agricultura Familiar, que segundo relatório do Convênio INCRA/FAO, é responsável por 37,9% do Valor Bruto da Produção agropecuária brasileira, tem um extraordinário papel a desempenhar, principalmente no que se refere à produção de bens agrícolas e alimentares, geração de emprego e renda, preservação da cultura do campo e fortalecimento da identidade da organização social rural. Nesse sentido, será estimulado o crescimento sócio-econômico da Agricultura Familiar, com apoio à comercialização e à agroindustrialização, ampliando e melhorando as condições de acesso a políticas de financiamento estáveis, à assistência técnica e à extensão rural, visando um novo modelo de desenvolvimento rural sustentável.

25. Nos serviços, o Brasil tem potencial e nosso governo vai impulsionar o turismo como uma indústria avançada. Com a diversidade da costa brasileira e dos ecossistemas do interior do País, é mais do que justificável estimular e atrair investimentos de peso para o turismo receptivo, explorando as vocações regionais. Esse turismo estará voltado tanto para a atração, crescente, do visitante estrangeiro quanto para o estímulo às viagens da família trabalhadora brasileira, que tem poucos recursos e quase nenhum financiamento para conhecer seu próprio País. Vamos também dedicar toda a atenção para o turismo de negócios nos principais centros urbanos, especialmente por sua ligação com setores de ponta como a agropecuária empresarial e as indústrias da moda, de calçados, de móveis, de informática e outras, que se reúnem

Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo - Partido dos Trabalhadores (www.pt.org.br) / Fundação Perseu Abramo (www.fpabramo.org.br)

periodicamente em grandes feiras de negócios. Essa indústria, assim desenvolvida, terá impacto em quase todos os ramos de atividade, como por exemplo hotelaria, aviação comercial e transportes rodoviários, constituindo-se em poderoso fator gerador de emprego e renda.

O Desafio é ter uma Economia Menos Vulnerável

26. A questão chave para o País é voltar a crescer com equilíbrio em todos os ramos de atividade, na agricultura, na indústria, no comércio e nos serviços. A volta do crescimento é o remédio para impedir que se estabeleça um círculo vicioso entre juros altos, instabilidade cambial e aumento da dívida pública em proporção ao PIB. O atual governo estabeleceu um equilíbrio fiscal precário, criando dificuldades para a retomada do desenvolvimento. O resultado é que a âncora fiscal que procura evitar o crescimento acelerado da dívida pública interna, pela via dos *superávits* primários, exige um esforço enorme de todos os brasileiros, afetando especialmente a viabilidade dos programas sociais do poder público. A âncora fiscal, ao ter como um de seus fundamentos uma carga tributária amplamente baseada em impostos cumulativos, acaba tendo um efeito limitador da atividade econômica e das exportações. Entretanto, esta é, do ponto de vista objetivo, a realidade que o futuro governo vai herdar e que não poderá reverter num passe de mágica. O problema de fundo é que o atual governo colocou o Brasil num impasse financeiro, que nos obriga, com freqüência, a contrair empréstimos novos para pagar empréstimos velhos. A superação desses obstáculos à retomada do crescimento acontecerá por meio de uma lúcida e criteriosa transição entre o que temos hoje e aquilo que a sociedade reivindica.

27. É preciso evitar que se consolide uma segunda armadilha, que estabiliza, mas impede o crescimento econômico do País. Já tivemos a armadilha cambial. Saímos dela em 1999 com muitas dores, mas sobrevivemos. Agora, temos o dilema da âncora fiscal. A questão é como superá-la, sem atentar contra a estabilidade da economia. Nosso governo vai preservar o superávit primário o quanto for necessário, de maneira a não permitir que ocorra um aumento da dívida interna em relação ao PIB, o que poderia destruir a confiança na capacidade do governo de cumprir seus compromissos. Mas vai trabalhar firmemente para reduzir a vulnerabilidade externa e com ela as taxas de juros que hoje asfixiam as contas públicas e o setor empresarial produtivo. Não há governo petista nos estados e nos municípios que não esteja

Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo - Partido dos Trabalhadores (www.pt.org.br) / Fundação Perseu Abramo (www.fpabramo.org.br)

comprometido com a responsabilidade fiscal e a estabilidade das contas públicas. O nosso governo não vai romper contratos nem revogar regras estabelecidas. Compromissos internacionais serão respeitados. Mudanças que forem necessárias serão feitas democraticamente, dentro dos marcos institucionais.

28. Nosso governo vai criar um ambiente de estabilidade, com inflação sob controle e sólidos fundamentos macroeconômicos, para que a poupança nacional aumente e seja orientada e estimulada, através de taxas de juros civilizadas, para o investimento produtivo e o crescimento. É somente nesse cenário que a política de metas de inflação pode funcionar.

29. A rigidez da atual política econômica pode provocar a perda de rumo e de credibilidade. O Brasil já demonstrou, historicamente, uma vocação para crescer em torno de 7% ao ano. É essa vocação que o nosso governo vai resgatar, trabalhando dia e noite para que o País transite da âncora fiscal para o motor do desenvolvimento. O Brasil precisa navegar no mar aberto do crescimento. Ou será que estamos proibidos de buscar o porto seguro da prosperidade econômica e social?

30. Sem crescimento dificilmente estaremos imunes à espiral viciosa do desemprego crescente, do desarranjo fiscal, de déficits externos e da incapacidade de honrar os compromissos internos e internacionais. O primeiro passo para crescer é reduzir a atual fragilidade externa. O Brasil precisa de cerca de US$ 1 bilhão por semana para fechar suas contas e até que um novo rumo seja estabelecido para a economia teremos de administrar a herança da equivocada política cambial e de abertura desordenada dos anos 90. Para combater essa fragilidade, nosso governo vai montar um sistema combinado de crédito e de políticas industriais e tributárias. O objetivo é viabilizar o incremento das exportações, a substituição competitiva de importações e a melhoria da infra-estrutura. Isso deve ser feito tanto por causa da fragilidade das contas externas como porque o Brasil precisa conquistar uma participação mais significativa no comércio mundial, o que o atual governo menosprezou por um longo período.

31. Nosso governo vai iniciar, sem atropelos, uma transição para um novo modelo de crescimento sustentável, com responsabilidade fiscal e compromisso social. Trabalhará com a noção de que só a volta do crescimento pode levar o País a contar com um equilíbrio fiscal consistente e duradouro. A estabilidade e o controle das contas públicas e da inflação são, como sempre foram, aspiração de todos os brasileiros. Não são patrimônio só do atual governo, pois a

Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo - Partido dos Trabalhadores (www.pt.org.br) / Fundação Perseu Abramo (www.fpabramo.org.br)

estabilidade foi obtida com uma grande carga de sacrifícios, especialmente dos setores mais vulneráveis da sociedade. Nosso governo trabalhará também com o princípio da responsabilidade social, que terá objetivos e metas claramente definidos a cada ano. Nessa direção, governos, empresários e trabalhadores terão de levar adiante uma grande mobilização nacional para fazer renascer a confiança de que podemos investir, criar empregos e combater os abismos sociais existentes. O poder público tem responsabilidade especial para reorientar a economia nessa nova direção.

Mobilização pela Produção e pelo Emprego

32. A globalização não pode ser entendida como um milagroso atalho para o desenvolvimento. Os exemplos de políticas bem-sucedidas foram marcados pela combinação de práticas internacionais com inovações nacionais. Nosso governo pretende construir estratégias próprias de crescimento do País, articulando investidores, trabalhadores e instituições nacionais com esse objetivo. Há muito tempo o Brasil precisa desse esforço consciente, de modo a erguer-se com sua própria fisionomia no mundo global. Havia condições para essa grande mobilização nacional nos últimos oito anos? Claro que sim. Mas, infelizmente, as políticas escolhidas foram outras. Ao contrário do que foi feito, nosso governo buscará mobilizar a sociedade em favor do crescimento, aproveitando toda a capacidade técnica, empreendedora e criadora do povo. É uma tarefa difícil, mas se a sociedade for ouvida e os consensos facilitados, o País poderá viver um novo ciclo virtuoso de crescimento, em que milhões de brasileiros marginalizados socialmente serão trazidos para o mercado de trabalho e terão acesso ao consumo de bens de primeira necessidade. Desenvolver a economia solidária, combatendo a fome e a indigência, promover os pequenos negócios e as cooperativas, apoiar as micros e pequenas empresas, juntamente com as iniciativas para aumentar a competitividade internacional, são caminhos viáveis para que o Brasil possa dar um salto de qualidade. A ampliação do nosso mercado interno e a geração de emprego e renda são passos fundamentais para a construção de uma Nação que seja respeitada no cenário internacional.

33. Nas cinco décadas que se sucederam à II Guerra Mundial, o mundo viu nações emergirem e outras estagnarem e até regredirem. O mundo mudou de forma dramática para milhões de seres humanos e, nunca como antes, os povos tiveram tão ao alcance das mãos os instrumentos da democracia e do

Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo - Partido dos Trabalhadores (www.pt.org.br) / Fundação Perseu Abramo (www.fpabramo.org.br)

conhecimento, da educação e da tecnologia para avançar. É possível orientar, disciplinar e canalizar adequadamente os recursos externos e internos para o desenvolvimento econômico de qualidade, reforçando a capacidade produtiva nacional, impulsionando a absorção e a produção de tecnologia e estimulando a inovação. Assim o Brasil poderá superar a fragilidade das suas contas externas, além de aumentar e melhorar sua participação no comércio internacional. Com esse objetivo, o investimento externo terá o seu lugar garantido ao lado do capital privado nacional.

34. O desenvolvimento de nosso imenso mercado, com a criação de empregos e a geração de renda, revitalizará e impulsionará o conjunto da economia, oferecendo ainda bases sólidas para ampliar as exportações. As ações para ampliar nosso comércio internacional serão coordenadas por uma Secretaria Extraordinária de Comércio Exterior, subordinada diretamente à Presidência da República e articulada com o trabalho na área externa desenvolvido pelo Ministério das Relações Exteriores.

35. Alguns dos maiores erros do atual governo foram a supervalorização das políticas macroeconômicas voltadas para a estabilização da moeda a qualquer custo, a abertura econômica desordenada e a remuneração privilegiada do capital financeiro, em detrimento de políticas voltadas para o desenvolvimento e a remuneração adequada do capital produtivo. Estabilidade macroeconômica é indispensável, é ponto de partida, mas não é suficiente. Não é o que faz a riqueza do País. A mola propulsora da nação é o seu sistema produtivo, são os trabalhadores bem capacitados e em constante progresso; é uma população com escolaridade cada vez maior; são os empreendedores dispostos a assumir riscos; são os seus cientistas e pesquisadores; são os profissionais que formam o corpo técnico e gerencial capaz de aplicar as melhores práticas na iniciativa privada e no setor público.

36. Trata-se de um equívoco a idéia de que basta equilíbrio macroeconômico, abertura e livre ação das forças de mercado para que o desenvolvimento flua naturalmente. Nos últimos oito anos, esse tipo de política produziu instabilidade cambial, juros astronômicos que asfixiaram o financiamento de novos negócios, desestímulo à inovação tecnológica e enfraquecimento das exportações. O descaso com a capacitação técnica e a eficiência do Estado provocou um verdadeiro apagão no planejamento estratégico, como mostrou a crise aguda provocada pelo governo no setor energético. O crescimento requer um equilíbrio adequado na administração federal entre os ministérios que cuidam das políticas econômicas e os que se dedicam à produção e ao desenvolvimento social, com requalificação de suas

Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo - Partido dos Trabalhadores (www.pt.org.br) / Fundação Perseu Abramo (www.fpabramo.org.br)

equipes. Aqui se coloca um dos maiores desafios: recriar e recompor relações saudáveis entre o governo, suas agências e o setor produtivo.

37. O Brasil precisa de um novo compromisso na produção. Diferentemente do condomínio espúrio entre maus empresários e maus governantes, que infelizmente marcou grande parte da história republicana brasileira, nosso governo será marcado pela construção de mecanismos apropriados para o debate, a elaboração e a implementação de propostas relevantes para o interesse público. A começar pela busca de uma Reforma Tributária que acabe com o caráter regressivo e cumulativo dos impostos. Já em seu primeiro ano, nosso governo vai lutar por um regime tributário mais equilibrado e justo, que desonere a produção e a exportação. Junto com a sociedade e o Congresso Nacional, negociará uma reforma que seja duradoura. Em resumo, buscará aumentar a eficiência da atividade reguladora e de planejamento do Estado.

Inclusão Social com Justiça Ambiental

38. Nosso governo trabalhará por um novo padrão de desenvolvimento, com crescimento econômico, inclusão social e justiça ambiental, de modo que, resguardado o direito das gerações futuras, todos tenham acesso justo e eqüitativo aos recursos naturais. Na última década, a sociedade brasileira foi marcada por baixas taxas de crescimento econômico e altos índices de danos socioambientais. Nosso governo se comprometerá com a melhoria da qualidade ambiental como geradora de novas oportunidades de inclusão social, através de três estratégias: (a) adoção de critérios socioambientais de sustentabilidade para as políticas públicas, fortalecendo os sistemas nacionais de meio ambiente, recursos hídricos e defesa do consumidor; (b) estabelecimento de metas de melhoria dos indicadores socioambientais – desmatamento, focos de calor, emissão de CO_2 e CFC, esgotamento e tratamento sanitário, abastecimento de água, controle de vetores, resíduos sólidos, qualidade do ar, acesso aos bens naturais, consumo de energia, tecnologias limpas; (c) controle social por meio da participação popular, da educação e da informação ambientais, e da valorização das iniciativas da população e da sociedade civil organizada.

Educação e Cultura para Fortalecer a Coesão do País

39. Em grande parte do seu mandato, o atual governo voltou as costas para questões de primeira importância, como o investimento na educação. É preciso investir eficientemente no ensino, ampliando o acesso das crianças à escola. É vital recuperar a rede pública, tanto no nível fundamental quanto no médio e nas universidades, valorizando principalmente a qualidade. Uma boa formação da juventude colabora para a retomada do desenvolvimento sustentável, além de ser um diferencial para a competição do País no mercado internacional. A educação de qualidade é fator de emancipação e cidadania, contribui para que os jovens se integrem ao mercado de trabalho e evita a fragmentação social que alimenta a violência e o crime organizado.

40. Nosso governo adotará políticas públicas de valorização da cultura nacional, em sua diversidade regional, como elemento de resgate da identidade do País. Ao mesmo tempo, abrir-se-á para as culturas do mundo. A política do nosso governo estimulará a socialização dos bens culturais e contribuirá para a livre expressão de todas as manifestações no campo da cultura. A inclusão cultural não é apenas conseqüência da inclusão social, mas contribui para o pleno acesso à cidadania e a uma existência econômica e socialmente digna. Para realizar esses objetivos será necessário encontrar novos mecanismos de financiamento da cultura e de suas políticas, que não podem continuar, como hoje, exclusivamente submetidos ao mercado. Impõem-se aumentos substantivos das dotações orçamentárias para a cultura e a criação de fundos que permitam uma distribuição mais justa de recursos para a produção cultural. Ao mesmo tempo, será necessária uma consistente reforma do Ministério da Cultura, descentralizando suas iniciativas pelo conjunto das regiões do Brasil e estabelecendo as bases para que todas as cidades brasileiras venham a ter os seus próprios equipamentos culturais.

41. O governo federal e os governos estaduais precisam atacar de modo eficiente tanto a degradação social quanto a indústria do crime organizado, do contrabando de armas e de drogas. O crime nem sempre nasce da pobreza. Nasce também da inação e da perda de controle dos governos e da Justiça. Para o Brasil manter a coesão social, precisará combinar o combate implacável contra a criminalidade ao investimento estratégico em educação. Só assim o Estado voltará a ter o respeito dos cidadãos. Só assim a sociedade reforçará a crença nas instituições e o respeito aos marcos legais.

42. Nosso governo será marcado pelo diálogo permanente com a sociedade civil. Uma das tragédias do Brasil tem sido a incapacidade dos dirigentes de estabelecer pontes, acordos, entendimentos com os quais todos possam ganhar. Quase sempre valeu por aqui a idéia de que poucos têm de ganhar e

Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo - Partido dos Trabalhadores (www.pt.org.br) / Fundação Perseu Abramo (www.fpabramo.org.br)

muitos têm de perder. Aboliu-se a escravatura, mas o negro não foi verdadeiramente integrado, com igualdade de oportunidades. Instituiu-se o registro em carteira do trabalhador, mas conseguir ganhos reais de salários, a partir dos aumentos de produtividade nas empresas, sempre foi um parto doloroso. Fala-se muito em lisura e honestidade, mas a corrupção continua corroendo os recursos públicos. Nosso governo não vai prometer respostas mágicas. Mas pode, sim, prometer uma postura ética e uma luta incansável para o País avançar.

Programa de Reformas

43. Nosso governo, orientado pelo interesse público, desenvolverá um programa de reformas institucionais e políticas, ouvindo as sugestões e negociando as divergências com toda a sociedade. É com esse espírito nacional e democrático que o novo governo trabalhará decididamente com o Legislativo e o Judiciário, mas fundamentalmente com a sociedade civil, para aprovar as reformas necessárias ao Brasil.

Reforma Tributária

44. A primeira das reformas a ser encarada pelo novo governo, ainda no primeiro ano de mandato, tem como objetivo o aumento da eficiência econômica e a redução das desigualdades sociais através da correção de distorções na área tributária. A meta será claramente a de simplificar o sistema tributário nacional, especialmente com o fim da cumulatividade das contribuições e a redução ao longo do tempo da carga tributária incidente sobre a produção e os assalariados de baixa e média renda. A atual carga de impostos sobre a produção é um fator de perda de competitividade dos produtos brasileiros no mercado internacional, na medida em que a legislação que desonera os produtos é difícil de ser cumprida na prática. Além disso, também não permite uma menor incidência sobre bens de consumo dos assalariados de menor renda. Mas essa reforma só poderá ocorrer por meio de um processo negociado com a sociedade, no âmbito do Congresso Nacional, de modo a não confundir a necessidade estrutural de tornar o País mais justo do ponto de vista tributário, e mais competitivo internacionalmente, com as restrições impostas por um quadro fiscal que requer um processo de transição responsável, para não estourar o equilíbrio fiscal do Estado nem prejudicar os investimentos sociais cada vez mais necessários. Sem prejudicar a classe média brasileira, a Reforma Tributária terá também como função corrigir distorções, como o elevado nível de sonegação e o chamado planejamento tributário.

Antes do fim do prazo legal para término da CPMF, nosso governo vai encaminhar projeto para que esta contribuição seja mantida em nível simbólico, para efeito de fiscalização do processo de arrecadação. Embora frustrado pelo atual governo, o acordo obtido no Congresso Nacional ao final de 1999, a partir das várias emendas apresentadas por parlamentares para a Reforma Tributária, é um bom ponto de partida para a retomada desse tema. Nesse sentido, nosso governo apresentará para o debate as seguintes propostas:

- Desoneração da produção, com o fim da cumulatividade das contribuições (PIS, Cofins, CPMF);
- Simplificação do ICMS, transformando-o em IVA (Imposto sobre o Valor Agregado);
- Desoneração das exportações;
- Desoneração do investimento produtivo.

Ao mesmo tempo, nosso governo irá investir na negociação de uma política tributária justa e progressiva, que contemple:

- Tributação da fortuna e da herança, conforme já prevê a Constituição desde 1988;
- Redução da carga tributária que recai sobre os setores médios assalariados;
- Redução da carga tributária sobre os bens de consumo de massa (alimentos, vestuário, material de construção e outros).

45. Temos consciência de que é preciso investir sistematicamente na modernização e profissionalização da Receita Federal e na simplificação da legislação infraconstitucional, de modo a combater eficientemente a sonegação e a elisão fiscal. Nosso governo priorizará a reestruturação do ICMS, no sentido da criação de um IVA (Imposto sobre o Valor Agregado) amplo e de uma legislação unificada e com poucas alíquotas. O modelo atual do ICMS, com 27 leis e 44 alíquotas, abre espaço para a sonegação. Juntamente com a Reforma Tributária, nosso governo proporá aos estados e municípios a redefinição do Pacto Federativo, cujo princípio será a descentralização das ações sociais e a valorização da ação local, do município como ente federado realizador de políticas públicas. O novo Pacto Federativo deverá também incluir duas instâncias novas: as macrorregiões e as microrregiões, com atribuições políticas e administrativas, compostas por conjuntos de municípios, especialmente nas áreas metropolitanas.

Reforma da Previdência

Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo - Partido dos Trabalhadores (www.pt.org.br) / Fundação Perseu Abramo (www.fpabramo.org.br)

46. Um dos maiores desafios políticos e administrativos do futuro governo é o equacionamento da questão previdenciária. Para dar conta desse desafio, é necessário um conjunto de iniciativas de curto, médio e longo prazos, para construir soluções estruturais, capazes de permitir que a presente e as futuras gerações de brasileiros possam estar plenamente conscientes e relativamente tranqüilas quanto aos direitos que poderão usufruir após o término de uma longa dedicação de vida laboral. Essa profunda reformulação deve ter como objetivo a criação de um sistema previdenciário básico universal, público, compulsório, para todos os trabalhadores brasileiros, do setor público e privado. O sistema deve ter caráter contributivo, com benefícios claramente estipulados e o valor do piso e do teto de benefícios de aposentadoria claramente definido. A gestão deve ser democrática, a cargo de um órgão quadripartite, incluindo representantes do Estado, dos trabalhadores da ativa, dos aposentados e dos empresários, conforme já prevê a Constituição Federal, mas que o atual governo não respeitou.

47. Em complemento ao sistema público universalizado, aos trabalhadores tanto do setor público como do privado, que almejam valores de aposentadoria superiores ao oferecido pelo teto da previdência pública, haverá o sistema de planos complementares de aposentadorias, com ou sem fins lucrativos, de caráter facultativo e sustentado por empregados e empregadores.

48. O referido sistema básico universal só terá viabilidade como resultado de um processo de longo prazo, construído a partir da participação de trabalhadores e empresários, e da sociedade em geral, por se tratar de tema sensível que afeta o futuro de todos os cidadãos, e que ao mesmo tempo representa um eficaz mecanismo de distribuição de renda. Também por incidir diretamente sobre as contas públicas, e por lidar com um conjunto de direitos adquiridos ao longo de décadas, a implementação plena de uma Reforma Previdenciária atravessa um longo período de transição.

49. Além de planejar e dar início à discussão de um novo sistema previdenciário brasileiro, racional e adequado à realidade social e econômica, e condizente com as tendências demográficas, as quais demonstram um acelerado processo de envelhecimento da nossa população, devemos tomar uma série de medidas estratégicas a serem implementadas imediatamente no interior do atual sistema previdenciário.

O atual sistema previdenciário brasileiro é constituído por:

a) Regime Geral de Previdência Social (RGPS), de filiação compulsória e que dá guarida a todos os trabalhadores que

Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo - Partido dos Trabalhadores (www.pt.org.br) / Fundação Perseu Abramo (www.fpabramo.org.br)

exercem atividades remuneradas – excetuando os que estejam filiados ao Regime Próprio de Previdência – e é administrado pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS);

b) Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), de filiação compulsória, organizado no âmbito de cada ente federado – municípios, estados, Distrito Federal e União –, acessível exclusivamente aos servidores titulares de cargo efetivo, conforme determina o artigo 40 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 20/98;

c) Previdência Complementar, de caráter facultativo e que supre a necessidade de renda adicional superior ao teto dos regimes básicos, por ocasião da inatividade. É administrada por entidades privadas.

50. Quanto ao RGPS o déficit apontado para o presente exercício fiscal é da ordem de R$ 16 bilhões. Cabe ressaltar, porém, que esse déficit deve-se em parte à desvinculação das receitas de contribuições sociais (Cofins e CSLL), conforme emenda constitucional 27, que vem drenando recursos da seguridade social para o caixa do Tesouro. Além disso, em virtude do mecanismo de contabilização das contas do INSS, benefícios de caráter mais assistencial que previdenciário, normalmente concedidos à margem da obrigatoriedade contributiva, são considerados como benefícios do sistema contributivo. Portanto, um dos objetivos de uma reforma estratégica é adotar normas de clareza, transparência e eficácia contábil, definindo claramente cada modalidade de benefício e sua fonte de financiamento.

51. O reduzido número de trabalhadores contribuintes ao RGPS, em relação à população economicamente ativa, expressa uma gravíssima situação social – altas taxas de desemprego e de informalidade das relações de trabalho –, decorrente, principalmente, do próprio modelo econômico adotado pelo atual governo. O aumento do desemprego, a falta de uma estrutura adequada de fiscalização trabalhista e previdenciária e os incentivos à flexibilização do mercado de trabalho acabaram por restringir o índice de cobertura do sistema. Os trabalhadores não contribuintes do sistema previdenciário totalizam aproximadamente 56% da população ocupada, segundo dados da Pesquisa por Amostra de Domicílios/1999 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (PNAD/IBGE).

52. A ampliação da fiscalização, a adoção de punições mais severas aos praticantes de sonegação e fraude, a maior eficácia na cobrança da dívida ativa

Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo - Partido dos Trabalhadores (www.pt.org.br) / Fundação Perseu Abramo (www.fpabramo.org.br)

e o incentivo à formalização do trabalho são elementos que podem abrir caminho, para o ingresso de novas receitas para o sistema previdenciário, permitindo assim, uma discussão mais racional quanto à eventual redução da alícota de contribuição. As fontes de financiamento devem ser objeto de negociação no âmbito da Reforma Tributária. O peso da contribuição dos empregadores (20% sobre a folha de pagamento) é um elemento de redução de competitividade dos produtos brasileiros (pois poucos países adotam alíquotas tão altas) e, ao mesmo tempo, é um incentivo à falta de registro formal do trabalhador ou ao registro com salários mais baixos que os praticados.

53. Uma política de forte crescimento econômico resultará em elevação do salário médio na economia e da quantidade de empregos e de sua formalização, com conseqüências positivas no equilíbrio financeiro do sistema previdenciário.

54. Em relação à previdência do setor público, o desequilíbrio apontado é três vezes maior que o apresentado no Regime Geral, ou seja, próximo de R$ 50 bilhões, o que representa 4,1% do PIB, conforme dados do Ministério da Previdência e Assistência Social/SPC para o ano de 2000. A falta de empenho e a pouca sensibilidade, por parte do atual governo, na negociação da Reforma da Previdência ocorrida em 1997 e 1998, em grande parte, explicam como se chegou a esta dramática situação previdenciária no setor público.

55. Os segurados dos Regimes Próprios de Previdência Social, os servidores titulares de cargo efetivo, têm garantia constitucional para as regras de cálculo de benefício, bem como para o reajustamento desse valor e a elegibilidade ao benefício. Ainda de acordo com as disposições da Constituição Federal, o RPPS deve ser regido pelo princípio da contribuição obrigatória.

56. Nosso governo, respeitando o princípio do direito adquirido, combatendo privilégios, buscando uniformizar e racionalizar os procedimentos administrativos que hoje estão expressos em uma miríade de centros difusos de administração previdenciária nos entes federados, acelerando o processo de implementação dos RPPS de sorte a recepcionar as contribuições previdenciárias dos servidores para fins de aposentadoria, já que atualmente em muitos entes federados não há contribuição para aquela finalidade, deve buscar a negociação de um contrato coletivo do setor público, no qual os assuntos trabalhistas e previdenciários devem ser objeto de ampla e democrática negociação.

Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo - Partido dos Trabalhadores (www.pt.org.br) / Fundação Perseu Abramo (www.fpabramo.org.br)

57. Quanto ao terceiro pilar do atual sistema previdenciário brasileiro, a previdência complementar, que pode ser exercida através de fundos de pensão, patrocinados por empresas ou instituídos por sindicatos (conforme a Lei Complementar 109), voltada para aqueles trabalhadores que querem renda adicional além da garantida pelos regimes básicos, deve ser entendida também como poderoso instrumento de fortalecimento do mercado interno futuro e fonte de poupança de longo prazo para o desenvolvimento do país. É necessário crescimento e fortalecimento dessa instituição por meio de mecanismos de incentivo.

58. Por outro lado, é imprescindível que seja revisto e aprimorado todo o sistema regulatório da previdência complementar, uma vez que ele tem se mostrado, em alguns de seus aspectos, inibidor do crescimento do setor. A gestão paritária, pelos participantes e patrocinadores, é um fator de segurança e credibilidade para o sistema. A democratização e fortalecimento da Secretaria de Previdência Complementar também devem ser objeto dessas mudanças. A regulamentação dos novos fundos de pensão, com foco no estímulo à sua difusão, beneficiará notável contingente de participantes atualmente excluídos desse sistema.

Reforma Agrária

59. A Reforma Agrária é instrumento indispensável de inclusão social, num País de grave concentração de renda como o nosso. Associada aos demais instrumentos convencionais, incluindo uma política auxiliar de crédito fundiário para regiões e setores específicos, ela é estratégica para enfrentar a crise social e fomentar as cooperativas, a agricultura familiar e a economia solidária. A aceleração do processo de Reforma Agrária e um programa de recuperação dos assentamentos já efetuados é indispensável para aumentar o emprego na agricultura e proporcionar segurança alimentar aos trabalhadores e suas famílias. A expansão e integração da produção de alimentos, ao lado da consolidação das diversas formas e níveis de organização produtiva dos beneficiários, desempenhará um papel central na regulação dos fluxos de abastecimento nas esferas local e regional e nacional. Sem prejuízo de outras formas que possam ser utilizadas em situações determinadas, o instrumento central de obtenção de terras para a Reforma Agrária será a desapropriação por interesse social, nos termos do que estabelece a Constituição Federal. A elevação da eficácia da reforma será alcançada, também, por meio da ampliação da participação dos beneficiários em todas as suas fases e da

Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo - Partido dos Trabalhadores (www.pt.org.br) / Fundação Perseu Abramo (www.fpabramo.org.br)

implantação de sistemas de financiamento e comercialização que contribuam para viabilizar economicamente as unidades produtivas criadas. Mesmo que o processo de desapropriação dependa de recursos orçamentários escassos, o governo vai se orientar pela aplicação, nos próximos quatro anos, de um plano progressivo de distribuição de terras, a partir dos excedentes de arrecadação gerados no processo de retomada do desenvolvimento. Essa reestruturação fundiária contribuirá para a redução do êxodo rural, que ainda pressiona os mercados de trabalho urbanos, e para fotalecer as raízes do homem no campo, enquanto a implementação de uma política agrícola adequada influenciará a geração de empregos e renda no setor primário. Nesse sentido, a Reforma Agrária permitirá a geração de emprego e renda no campo. Esta é uma medida importante para efetivar um Plano Nacional de Emprego e Trabalho, pois, ao contrário dos países industrializados, que possuem entre 2% e 5% da população ocupada no campo, o Brasil ainda tem, pelo menos, 21% de sua mão-de-obra no meio rural. Para isso, nosso governo buscará:

§ A ampliação da produção de alimentos por meio de uma política agrícola dirigida para o binômio agricultura familiar e agricultura organizada em bases empresariais. Essa política, que terá como base o fortalecimento da agricultura familiar através de políticas de crédito estáveis previstas nas leis orçamentárias da União, assistência técnica e políticas sociais, visa melhorar as condições de trabalho e renda das famílias exclusivamente agrícolas, que residem no campo e trabalham a terra por conta própria, e das famílias rurais cujos membros combinam atividades agrícolas e não-agrícolas;
§ Fortalecer os centros de pesquisa e de extensão agrícolas, que deverão estar integrados a esses programas, atuando junto às comunidades e associações de pequenos agricultores para desenvolver tecnologias e práticas apropriadas às suas atividades;
§ Realizar a Reforma Agrária no Brasil, de forma a contribuir decisivamente para a construção da Nação e o fortalecimento da democracia.

Reforma Trabalhista

60. A construção de uma legislação trabalhista verdadeiramente moderna somente será possível se no seu processo de discussão for assegurada a

Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo - Partido dos Trabalhadores (www.pt.org.br) / Fundação Perseu Abramo (www.fpabramo.org.br)

participação dos diferentes setores sociais interessados. A garantia dessa participação é de responsabilidade do Estado. Entretanto, a peça fundamental para que ocorra esse movimento é a liberdade sindical, instituto fundamental para a consolidação da democracia. Os desafios colocados hoje para o mundo do trabalho requerem soluções cada vez mais duradouras, que somente serão alcançadas com o reconhecimento de que os conflitos são parte constitutiva das relações entre capital e trabalho. A garantia e o estímulo ao diálogo, às negociações e ao fortalecimento das instituições representativas do patronato e dos trabalhadores devem integrar, de forma relevante, as políticas de Estado. Mais do que uma legislação sobre direitos mínimos, o equilíbrio nas relações de trabalho requer a existência de sindicatos livres, autônomos, representativos e independentes. Para tanto, nosso governo vai encaminhar um amplo debate sobre a reforma da estrutura sindical brasileira. A construção de um novo modelo de relações de trabalho deverá ter como pressuposto o reconhecimento das instituições representativas dos empregadores e dos trabalhadores, livremente constituídas com a função de promover o diálogo e o entendimento sobre as contradições inerentes às relações de trabalho. Nesse sentido, um primeiro passo necessário será reconhecer as centrais sindicais como interlocutores dos interesses dos trabalhadores.

61. Com o objetivo de promover a mais ampla reforma na legislação trabalhista, o governo convocará todas as entidades sindicais representativas dos trabalhadores e empregadores a constituírem um Fórum Nacional do Trabalho, estruturado de forma triparte. Sua finalidade imediata será a de preparar, democraticamente, as propostas de alteração da legislação atual. Dentro do tempo previsto pelo governo, o Fórum Nacional do Trabalho deverá apresentar suas propostas, que se traduzirão num conjunto de Leis para modernizar a atual Consolidação das Leis do Trabalho. Após a sua aprovação pelo Congresso Nacional, essas leis passarão a regulamentar o novo sistema de relações do trabalho. O objetivo central desse processo é a melhoria da qualidade do emprego e principalmente a ampliação da formalização do trabalho, incorporando milhões de trabalhadores ao mercado regulado de trabalho, com reflexos importantes nas contas previdenciárias e nos fundos públicos.

62. Um dos principais desafios para evitar a exclusão do mercado de trabalho é diminuir a taxa de desemprego entre jovens, situada hoje em torno de 30%. A queda da renda familiar provocada pela relativa estagnação da economia, a alta taxa de desemprego e a inadequação do sistema de ensino vêm gerando um número cada vez maior de jovens que não conseguem

Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo - Partido dos Trabalhadores (www.pt.org.br) / Fundação Perseu Abramo (www.fpabramo.org.br)

ingressar e permanecer no mercado de trabalho. O primeiro emprego para o jovem equivale, no mínimo, a abrir uma janela de esperança para o seu futuro e o de suas famílias. Por isso mesmo, nosso governo vai dar especial atenção a esse problema, criando um Programa Nacional de Incentivo à contratação de jovens pelas empresas e de estagiários comunitários, ampliando o que já vem sendo posto em prática por governos municipais e estaduais administrados pelo PT e pelos demais partidos coligados.

Reforma Política

63. A reforma do sistema político brasileiro é urgente e necessária para promover uma efetiva democratização da sociedade e do Estado, permitindo que as disputas eleitorais sejam mais transparentes, equânimes e capazes de abrir espaço para o surgimento de novas lideranças. Tal reforma acontecerá a partir de uma ampla discussão na sociedade e no Congresso. Não haverá pacote ou receitas prontas a serem impostas de cima para baixo. Essa reforma buscará introduzir um sistema de financiamento público das campanhas eleitorais, o que contribuirá para a diminuição do peso do poder econômico e da corrupção, tornando mais efetiva a representação política. Para fortalecer os partidos, dar-lhes maior nitidez programática e consistência, será proposta a instituição de listas partidárias nas eleições proporcionais, assim como a adoção de mecanismos de fidelidade partidária, impedindo a atual troca de partidos, que atingiu cerca de 50% dos deputados federais da atual legislatura.

64. Finalmente, deverão ser adotadas medidas que assegurem a efetiva proporcionalidade da representação. Isso implica um equilíbrio entre o número de eleitores de cada estado e o de parlamentares, na medida em que a Câmara Federal, expressão da soberania popular, deve representar a sociedade da melhor maneira possível. Essas medidas centrais da Reforma Política serão desenvolvidas e complementadas visando a uma efetiva extensão da cidadania, ao fortalecimento do espaço público e a um maior controle social do Estado pelos cidadãos.

Desenvolvimento, Distribuição de Renda e Estabilidade

Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo - Partido dos Trabalhadores (www.pt.org.br) / Fundação Perseu Abramo (www.fpabramo.org.br)

1. No Brasil, onde o número de jovens em idade de trabalhar aumenta a cada ano, o crescimento econômico a taxas substantivas não é uma escolha, mas uma necessidade. Desta perspectiva, nosso programa econômico está estruturado a partir de duas dimensões: a social e a nacional. A dimensão social será o principal eixo do novo modelo de desenvolvimento, assegurado o seu caráter democrático e nacional.

2. O desenvolvimento com justiça social implica uma ruptura com duas tendências históricas da sociedade brasileira: a excessiva dependência externa e a aguda concentração de renda, que gera forte exclusão social. Por isso mesmo, a dimensão social tem de ser o eixo do desenvolvimento e não mero apêndice ou um suposto resultado natural do crescimento econômico. A recuperação da capacidade de definir e operar políticas econômicas ativas, a ampliação do mercado interno de massas, o aumento da competitividade brasileira e o impulso às exportações constituem aspectos indissociáveis do novo estilo de desenvolvimento, voltado para o fortalecimento da economia nacional.

3. No atual estágio do país, as prioridades relativas à dimensão social do desenvolvimento são as seguintes: a) ampliação do nível de emprego, para prover ocupação aos que ingressam no mercado de trabalho, reduzir o desemprego e combater a precariedade do emprego; b) melhoria no perfil de distribuição de renda, sobretudo por meio do aumento do salário mínimo e de uma tributação não regressiva; c) crescente universalização da moradia própria, dos serviços urbanos essenciais (saneamento e transporte coletivo) e de direitos sociais básicos (saúde, educação, previdência e proteção do emprego); d) combate à fome e à pobreza absoluta, com assistência social aos excluídos.

4. Trata-se também de valorizar os empreendimentos fundados na mão-de-obra familiar ou solidária e organizados sob a forma de pequenas e médias empresas ou cooperativas. É importante lhes assegurar condições econômicas de operação favorecidas, com serviços de apoio, linhas de crédito e tratamento tributário diferenciados, em relação aos grandes empreendimentos. Essas medidas agregam-se ao processo de democratização da propriedade, através da execução das reformas agrária e urbana.

5. Na dimensão nacional do desenvolvimento, ocupa um lugar central a recuperação da capacidade de definir e implementar políticas econômicas com maior autonomia ante os mercados globais. Isso supõe o fortalecimento da

Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo - Partido dos Trabalhadores (www.pt.org.br) / Fundação Perseu Abramo (www.fpabramo.org.br)

capacidade de regulação do Estado direcionada a três objetivos: (a) capacitação tecnológica das empresas nacionais, privadas e públicas; (b) ampliação das fontes de financiamento internas como meio de superar a recorrente dependência de recursos externos; (c) reforço à integração econômica nacional por meio da implantação de uma divisão do trabalho mais adequada ao desenvolvimento de cada uma das regiões.

A Herança Econômica

6. Uma década de políticas neoliberais produziu no Brasil taxas de crescimento médio ao redor de apenas 2,5% ao ano. Isto se deveu ao abandono do mercado interno e à ausência de políticas ousadas de exportação, que desarticularam e desorientaram o setor produtivo. As políticas ativas de liberalização promovidas pelo atual governo fragilizaram as contas externas do País e desequilibraram as contas públicas. A abertura financeira executada aumentou a vulnerabilidade externa e reduziu a capacidade de financiamento das atividades produtivas, em especial no que se refere ao investimento.

7. Excetuando-se o investimento direto estrangeiro – que apresentou um crescimento acelerado por causa do volume de aquisições de patrimônio nacional nos últimos anos –, os demais fluxos mostraram-se bastante voláteis e reversíveis nos momentos de grande turbulência dos mercados financeiros globais. Várias formas de absorção de recursos financeiros constituíram-se em aplicações especulativas, sem representar financiamento de fato para as empresas e as atividades produtivas. Os investimentos diretos estrangeiros, embora volumosos, tiveram um significado menor na elevação da taxa de investimento da economia, já que se destinaram, em grande parte, às privatizações e aquisições de empresas preexistentes. Os ciclos de inversões derivados das privatizações, como o das empresas de telecomunicações, embora relevantes, não tiveram capacidade para dinamizar o conjunto da economia, na medida em que foram intensivos em importações.

8. A abertura financeira restringiu fortemente a autonomia da política macroeconômica. A liberalização dos fluxos de capitais sujeitou a taxa de juros doméstica às regras de formação dos mercados financeiros globais. Essa forma de abertura dificultou a fixação da taxa de juros de curto prazo, que passou a se orientar pela variação do valor dos títulos da dívida externa pública brasileira.

9. A abertura comercial, por sua forma e velocidade, produziu em muitos casos uma regressão do setor produtivo, enfraqueceu as cadeias produtivas e

Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo - Partido dos Trabalhadores (www.pt.org.br) / Fundação Perseu Abramo (www.fpabramo.org.br)

comprometeu nossa competitividade e capacidade exportadora. Disso resultou uma ampliação do coeficiente importado, sem a contrapartida do aumento das exportações, implicando perda de participação no mercado internacional, atrofia do mercado interno e redução dos encadeamentos intersetoriais.

10. O Brasil é hoje, com poucas exceções, um importador de bens de elevado conteúdo tecnológico e um exportador de *commodities* largamente intensivas em recursos naturais; em alguns casos, intensivas em escala ou capital. Esta é a razão estrutural para os déficits setoriais na balança comercial, difíceis de serem transformados em superávits mesmo por desvalorizações cambiais expressivas e forte desaceleração do crescimento. É certo que as importações contribuem para a modernização do parque produtivo nacional, mas é fundamental responder ao desafio de ampliar as exportações, aumentando a corrente de comércio do País e criando um expressivo superávit comercial.

11. A quebra das cadeias produtivas da estrutura industrial tornou-a mais dependente de importações, debilitando a capacidade nacional de geração de tecnologia. O tão apregoado aumento da produtividade decorrente desse processo resultou, sobretudo, de um crescimento econômico medíocre e de uma redução significativa do emprego.

12. O crescimento econômico pífio e os ciclos breves e setorialmente concentrados do investimento mantêm importantes segmentos com capacidade ociosa, localizados prioritariamente na indústria de bens de consumo duráveis, particularmente nas montadoras, e nos segmentos produtores de bens e serviços de consumo de massa (têxtil, calçados, alimentos). Estes segmentos podem suportar um aumento rápido da demanda, mas convivem com outros, de bens intermediários ou de insumos como energia, em que a ausência de investimentos impõe limites importantes para a rápida ampliação da produção.

13. As privatizações e a fragilização financeira do Estado debilitaram a infra-estrutura econômica e social, comprometendo a competitividade e o potencial de crescimento da economia. Essas modificações estruturais estiveram associadas a uma determinada estratégia de estabilização: o Plano Real baseou-se na articulação entre o aumento acelerado das importações e absorção de recursos financeiros externos. As dívidas interna e externa daí resultantes implicam a manutenção de taxas de juros permanentemente elevadas.

14. O País possui um déficit muito elevado e estrutural, de cerca de 4% do PIB, na conta de transações correntes do balanço de pagamentos. O passivo externo líquido, estimado em mais de US$ 420 bilhões, aumentou muito nos

Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo - Partido dos Trabalhadores (www.pt.org.br) / Fundação Perseu Abramo (www.fpabramo.org.br)

últimos anos, em decorrência do endividamento externo acelerado e da forte desnacionalização da economia. A dívida externa é predominantemente privada, mas o setor público continua com uma dívida bruta de cerca de US$ 90 bilhões, enquanto o passivo dolarizado de curto prazo é muito elevado e de grande potencial desestabilizador. Os encargos anuais desse passivo externo – exclusive amortizações da dívida – já superam 40% do valor das exportações, criando uma fragilidade externa permanente.

15. O crescimento explosivo da dívida líquida do setor público a partir de 1994, seu perfil de curto prazo e, principalmente, o aumento excessivo da conta de juros, aprisionaram a política fiscal do governo e sua capacidade de realizar gastos ativos com maior conteúdo social. Nunca é demais lembrar que essa expansão da dívida líquida do setor público, de mais de 20% do PIB entre 1994 e 2001, ocorreu apesar da venda de empresas estatais no valor de US$ 100 bilhões. O potencial desestabilizador da economia decorrente dos encargos financeiros internos e externos e o comprometimento da capacidade de regulação do Estado serão, seguramente, os grandes desafios de uma política fiscal de caráter redistributivo e indutora do crescimento.

A Herança Social

16. O Brasil tem sido, desde as suas origens coloniais, o país das desigualdades. Durante o período da moderna industrialização, entre 1930 e 1980, mostrou-se incapaz de melhorar significativamente a distribuição de renda e da riqueza, apesar de ter obtido altas taxas de crescimento econômico. Recentemente, sobretudo depois das reformas na década de 1990, não evitou que a desesperança tomasse conta de grandes contigentes da população.

17. O desemprego está na raiz dessa frustração**.** Até o início dos anos 90, a economia brasileira sempre havia sido capaz de gerar, mesmo que precariamente, empregos que acomodassem uma força de trabalho em rápida expansão. Essa característica foi eliminada na última década, como resultado de um novo padrão de crescimento cuja marca principal é o baixo dinamismo. Pela primeira vez em décadas, assistiu-se à ampliação tendencial do desemprego aberto e de longa duração, cuja taxa chegou a alcançar 8,5% em 1999/2000, mantendo-se acima de 7% de meados de 1998 até o presente.

18. O desemprego tem outras dimensões perversas. Na região metropolitana de São Paulo, segundo pesquisa da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados e do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (Seade/Dieese), a taxa total era de 8,7% em 1989 e de

Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo - Partido dos Trabalhadores (www.pt.org.br) / Fundação Perseu Abramo (www.fpabramo.org.br)

19,3% em 1999, ultrapassando 20% em 2002. Sua incidência é maior nos setores mais desprotegidos da sociedade, como jovens, mulheres, negros e migrantes. Não se conclua daí que seja confortável a situação daqueles que possuem emprego. Para esses, aumentou expressivamente a informalização, o emprego à margem da proteção da legislação trabalhista e da previdência pública. Hoje, cerca de 45% dos empregos no setor industrial são informais, contra 38% em média na década passada. No setor terciário são 50,5%, contra 44,5% na década anterior.

19. Essa deterioração geral nas condições do emprego poderia ter sido parcialmente compensada por melhorias na renda, no seu patamar ou na sua distribuição. Não foi. Tomando-se a chamada distribuição funcional entre lucros, salários e rendas financeiras, nota-se ao longo da década uma queda da participação dos salários na renda nacional. O exemplo do setor industrial é ilustrativo dessa perda, pois em 1990 as remunerações perfaziam 45% do valor adicionado, caindo para 41% em 1997. Dados do IBGE mostram que a participação dos salários no PIB é hoje menor do que 30%.

20. Quanto à renda pessoal, e mais precisamente nos vários tipos de rendimento do trabalho – depois de um breve crescimento entre 1994 e 1997, como subproduto do Plano Real –, ocorreu, desde 1998, um recorrente declínio para todos os tipos de ocupação. Assim, os rendimentos do trabalho são hoje menores do que aqueles de 1997. O crescimento e posterior declínio das rendas do trabalho são acompanhados por trajetória semelhante nos indicadores da distribuição desses rendimentos. Dessa forma, a participação dos 50% mais pobres na renda caiu de 16,5% em 1989 para 13,3% em 1999.

21. Há ainda uma outra dimensão da situação social a ser considerada e que diz respeito às mudanças nos padrões de consumo. Dois aspectos essenciais da política de liberalização, a abertura comercial e as privatizações, causaram importantes mudanças nos preços relativos – o barateamento de produtos industrializados e o encarecimento dos serviços públicos – e, conseqüentemente, na estrutura de gastos das famílias, inclusive das mais pobres.

22. Ao tornar objeto de exploração mercantil um conjunto de serviços públicos e aumentar os seus preços, as privatizações terminaram por elevar os gastos da população com os mesmos. Foi o caso, por exemplo, de água e esgoto, energia elétrica, telefonia e transportes. Por causa da renda baixa de grande parcela dos usuários, ocorreu também uma crescente inadimplência,

Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo - Partido dos Trabalhadores (www.pt.org.br) / Fundação Perseu Abramo (www.fpabramo.org.br)

mesmo em segmentos nos quais houve ampliação significativa do acesso, como na telefonia.

23. Em termos genéricos, a folga obtida nos orçamentos pela queda dos gastos com produtos industrializados foi utilizada para pagamento dos serviços com preços majorados. No caso das famílias de baixa renda, essas modificações tiveram contornos mais dramáticos em razão da menor margem de manobra para acomodar modificações de orçamento, diante da essencialidade de todos os itens.

O Social como Eixo do Desenvolvimento

24. O aumento do desemprego e a precarização do emprego, a estagnação dos níveis de renda e a continuidade de sua má distribuição, o aumento da concentração da propriedade e o encarecimento dos serviços públicos essenciais caracterizam a situação de exclusão social produzida pelas políticas liberais que urge corrigir. O sentido geral do nosso programa é diminuir esses grandes desequilíbrios, convertendo o social no eixo do novo modelo de desenvolvimento. A constituição do novo modelo priorizará três aspectos: (a) o crescimento do emprego; (b) a geração e distribuição de renda; (c) a ampliação da infra-estrutura social.

25. O aumento do emprego depende em grande medida da taxa de crescimento do PIB. Mas não somente. O próprio estilo de crescimento, vale dizer, os setores líderes sobre os quais se fundamenta, também joga um papel relevante na dinâmica da criação de postos de trabalho. Assim, por exemplo, um modelo que enfatiza a ampliação da infra-estrutura social, segmento intensivo em construção civil e mão-de-obra, cria mais empregos do que outro centrado na ampliação do consumo privado.

26. É necessário considerar também que a ampliação do emprego pode ser potencializada por um conjunto de medidas legais que evitem a sobre-utilização da força de trabalho e a sua precarização. Em razão do elevado grau de marginalização da mão-de-obra, expresso em taxas de subemprego muito altas, e da pressão exercida pelo aumento da força de trabalho a cada ano, será necessário acionar mecanismos de ampliação da ocupação via incentivo às cooperativas de crédito e de trabalho.

27. No âmbito da distribuição de renda, a primeira medida se refere a mudanças na estrutura tributária. A experiência histórica mostra que só é possível realizar modificações substantivas das parcelas dos salários, lucros e

Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo - Partido dos Trabalhadores (www.pt.org.br) / Fundação Perseu Abramo (www.fpabramo.org.br)

rendas financeiras no Produto por meio da tributação da renda e da riqueza. Ademais, uma estrutura tributária menos regressiva também pode contribuir para a melhoria da distribuição nos rendimentos do trabalho. As reformas agrária e urbana também serão importantes instrumentos de desconcentração da riqueza. Além disso, visando aumentar a massa de rendimentos e o perfil de distribuição de renda, nosso governo trabalhará com um programa de reajuste progressivo do poder de compra do salário mínimo.

28. Nosso governo atuará no sentido da ampliação da oferta e do acesso da população aos serviços públicos e à infra-estrutura social. De um lado, é necessário ampliar a disponibilidade da infra-estrutura social – saneamento, transporte coletivo, habitação popular. De outro, é imprescindível assegurar o acesso universal aos serviços que constituam direitos inalienáveis do cidadão contemporâneo, como educação, saúde de qualidade e previdência pública.

29. A ampliação do emprego, a melhoria das remunerações e de sua distribuição, e a ampliação da oferta de bens e serviços públicos têm significativos impactos econômicos. Sua maior implicação será o rápido crescimento do emprego e da renda, aumentando, portanto, a massa de rendimentos da economia. Com a sua melhor distribuição, haverá estímulo ao desenvolvimento de um amplo mercado de consumo de massas.

30. O apoio às formas de organização da atividade econômica fundada nos pequenos e médios empreendimentos e na economia solidária constitui uma dimensão central do novo modelo de desenvolvimento pela sua relevância na produção e, sobretudo, no emprego. Esses empreendimentos possuem uma forma de operação que, diante das recessões e das crises, preserva ao máximo o emprego, tornando-os um fator de estabilização social. Por isso, nosso governo apoiará essas formas de organização da produção, destacando os seguintes mecanismos: (a) ampliação de rede de serviços de apoio visando assegurar aos empreendimentos acesso às tecnologias de produção, de marketing e de financiamento; (b) capilarização da rede bancária visando assegurar financiamento sem maiores trâmites burocráticos e a taxas diferenciadas para essas atividades.

31. Ganha relevo, nesse quadro, como ingrediente de um programa de complementação de renda familiar, a instituição de uma renda mínima associada à educação (como os programas bolsa-escola), abrangendo todo o território nacional. O bolsa-escola do governo federal é ainda muito tímido quanto aos benefícios e se sustenta numa visão estanque e insuficiente do problema da exclusão social.

Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo - Partido dos Trabalhadores (www.pt.org.br) / Fundação Perseu Abramo (www.fpabramo.org.br)

O Fortalecimento da Economia Nacional

32. O fortalecimento da economia nacional é o segundo eixo de desenvolvimento proposto. Além de um papel mais ativo na consecução dos objetivos relativos à distribuição de renda, e do apoio às cooperativas de crédito e de trabalho, às pequenas e médias empresas, o Estado deverá desempenhar um papel estratégico nas atividades de infra-estrutura, financiamento e ciência e tecnologia, que são fundamentais para aumentar a eficiência de qualquer sistema econômico. O Estado também tem responsabilidade central na articulação de políticas que aumentem a capacidade competitiva e as exportações do País.

33. O Estado não pode limitar as suas ações a administrar o curto prazo e as questões emergenciais, mas deve se pautar por uma visão estratégica de longo prazo, articulando interesses e coordenando investimentos públicos e privados que desemboquem no crescimento sustentado. Isso implica reativar o planejamento econômico, assegurando um horizonte mais longo para os investimentos.

34. A ampliação da autonomia e o fortalecimento da economia nacional requererão a implantação de políticas ativas em três frentes distintas:

(a) Capacitação tecnológica das empresas nacionais, privadas e públicas:

A política industrial propriamente terá como foco central o adensamento das cadeias produtivas e o desenvolvimento tecnológico das empresas. Dados os seus objetivos, deverá ser implementada através das cadeias setoriais integradas, com uma visão ampla que compreenda desde a produção das matérias-primas até a comercialização final, passando por seus elos manufatureiros. Esse formato abrangente das políticas setoriais integra concretamente as bases agrícolas e minerais às indústrias processadoras e transformadoras, tornando sem sentido a velha separação entre os chamados setores primário, secundário e terciário. Da mesma forma, as atividades de logística, serviços, comercialização, marketing, financiamento de vendas precisam ser consideradas na formulação das estratégias de desenvolvimento.

(b) Reconstrução da infra-estrutura econômica do País:

O atual governo foi responsável por um verdadeiro sucateamento da infra-estrutura econômica do País, do que a crise energética é a manifestação mais palpável. Além dessa área, há uma clara insuficiência em várias outras, especialmente nos vários segmentos de transporte. Caberá ao novo governo,

Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo - Partido dos Trabalhadores (www.pt.org.br) / Fundação Perseu Abramo (www.fpabramo.org.br)

em parceria com o setor privado, definir e implementar um programa de investimentos nessas áreas, visando assegurar um crescimento sustentado da oferta e evitar que haja um obstáculo ao crescimento.

(c) Ampliação das fontes de financiamento internas como meio de superar a recorrente dependência de recursos externos:

§ Apesar da crescente desnacionalização e privatização do setor financeiro brasileiro, há ainda elementos neste sistema que podem e devem ser recuperados na construção de um novo modelo de financiamento capaz de alavancar o crescimento interno e reduzir a dependência de recursos externos. O primeiro deles se refere às instituições especiais de crédito, tais como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a Caixa Econômica Federal, o Banco do Brasil, o Banco do Nordeste (BNB) e o Banco da Amazônia (BASA). Esse tipo de instituição, presente também nos países capitalistas avançados, é essencial para o financiamento de atividades de maior risco (agricultura, inovação tecnológica, pequenas e médias empresas, comércio exterior) ou de setores com retorno de mais longo prazo (infra-estrutura, habitação);

§ O segundo elemento se refere ao envolvimento mais intenso do setor bancário privado com o financiamento das atividades produtivas. Isso pode e deve ser conseguido, sobretudo, por meio da redução da distância entre as taxas de juros de captação e de empréstimos (*spread*). A diminuição dos depósitos compulsórios e da cunha fiscal poderão ser instrumentos para a redução dessa diferença e o barateamento do crédito.

§ O terceiro elemento relevante é o da ampliação da poupança doméstica de longo prazo. O Brasil tem uma experiência significativa e de relativo sucesso com os fundos de poupança compulsória (FGTS, PIS-Pasep e FAT), que constituíram e constituem a única base de financiamento de longo prazo da economia nacional. Uma gestão mais eficaz e transparente desses fundos, acompanhada de novas prioridades na alocação de recursos, certamente alongaria o horizonte de um processo do crescimento sustentado. A maior formalização do emprego ampliaria os recursos desses fundos e permitiria alavancar o financiamento de longo prazo. Fundos de pensão têm-se constituído como um mecanismo de crescente importância de mobilização da poupança de assalariados. Isso daria também a oportunidade de direcionar recursos adicionais para as instituições especiais de crédito, reforçando os seus fundos emprestáveis.

Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo - Partido dos Trabalhadores (www.pt.org.br) / Fundação Perseu Abramo (www.fpabramo.org.br)

A Dinâmica do Novo Modelo

35. Especificadas as linhas estratégicas do novo modelo, cabe apontar os aspectos gerais da dinâmica de crescimento proposta. O motor básico do sistema é a ampliação do emprego e da renda *per capita*, e conseqüentemente da massa salarial que conformará o assim chamado mercado interno de massas. O crescimento sustentado a médio e longo prazo resultará da ampliação dos investimentos na infra-estrutura econômica e social e nos setores capazes de reduzir a vulnerabilidade externa, junto com políticas de distribuição de renda.

36. A ampliação da infra-estrutura econômica e social implicará o crescimento significativo da demanda dos bens e serviços necessários, intensivamente, à construção civil. Nesses segmentos, a indústria brasileira possui baixo coeficiente importado. Tal desenvolvimento acarretará também o aumento da massa salarial, composta sobretudo de salários relativamente mais baixos da mão-de-obra menos qualificada. A demanda daí derivada, concentrada em alimentos, vestuário, calçados e móveis, poderá também ser atendida por um segmento da indústria com menor coeficiente importado.

37. Para atender à demanda decorrente da ampliação da infra-estrutura, combinada com uma melhor distribuição de renda, o setor privado será incentivado a ampliar a sua produção e o emprego no segmento que produz bens de consumo. Desse processo poderão resultar efeitos multiplicadores adicionais, potencializados pela melhora na distribuição de renda. Nos setores industriais eletroeletrônico e de bens de capital, a ampliação da produção seria feita com um coeficiente importado comparativamente maior. Daí a necessidade imperiosa de políticas industriais e tecnológicas claras e coordenadas, capazes de viabilizar um programa de substituição competitiva de importações e de promoção de exportações.

38. O modelo é portador de uma injeção de aumento de produtividade na estrutura existente, que acompanha o processo de investimento nos segmentos modernos da economia nacional. São três os mecanismos principais que se somam na elevação de produtividade engendrada por esse modelo de crescimento: ganhos de escala, progresso técnico e absorção de trabalhadores subempregados pelos setores modernos. A partir desses ganhos de produtividade poderá se estabelecer o seguinte círculo virtuoso: aumento de rendimentos das famílias trabalhadoras, levando à ampliação do consumo popular, que reforça, por sua vez, os investimentos, com aumento de

Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo - Partido dos Trabalhadores (www.pt.org.br) / Fundação Perseu Abramo (www.fpabramo.org.br)

produtividade, fechando-se o ciclo com a elevação do rendimento das famílias trabalhadoras.

39. Nosso governo trabalhará para estabelecer um forte vínculo entre, por um lado, investimentos e progresso técnico e, por outro, salários e demais rendimentos dos trabalhadores. Para tanto, vai desenvolver políticas sociais de modo a compensar a fragilidade do mercado no que se refere à transmissão do aumento de produtividade aos salários e ao necessário aumento da renda da família trabalhadora.

40. Neste nível horizontal, o modelo não requer a identificação de setores líderes, porque implica essencialmente a ampliação da estrutura produtiva já existente. Por sua vez, suaviza a restrição externa ao crescimento, na medida em que o consumo popular é menos intensivo em bens importados do que o consumo de luxo. Ao conduzir ao aumento da produtividade, o modelo também estimula as exportações e a substituição de importações. No entanto, nada disso elimina a necessidade de políticas setoriais especiais, verticais, como a de ampliar mais que proporcionalmente as atividades da ponta tecnológica, por sua função geradora de divisas e deflagradora de processos de aprendizagem e capacitação.

41. Diferentemente do velho desenvolvimentismo, esse modelo requer a configuração de um ambiente econômico que leve ao aumento constante da competitividade do País. Esta será a base para o desenvolvimento ativo de políticas industriais e para a construção de um sistema nacional de exportações competitivas. Sem isso o Brasil não estará em condições de alcançar um lugar próprio no mercado mundial. Para tanto, são fatores-chave:

(a) estabilidade de preços;

(b) eficiência do sistema tributário;

(c) financiamento de longo prazo;

(d) investimento em pesquisa e desenvolvimento;

(e) educação e qualificação da força de trabalho;

(f) investimentos seletivos em infra-estrutura.

A Política Industrial do Novo Modelo

Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo - Partido dos Trabalhadores (www.pt.org.br) / Fundação Perseu Abramo (www.fpabramo.org.br)

42. Partindo desse terreno, uma nova política industrial deverá ser construída distanciando-se do velho estilo cartorial e clientelista que viciou as experiências passadas, pródigas na distribuição de subsídios. Nesse sentido, articulando-se com as medidas horizontais de fortalecimento do mercado e da infra-estrutura interna, a nova política industrial será:

(a) planejada nacionalmente a partir das potencialidades regionais;

(b) seletiva e vertical;

(c) formada a partir da explicitação de metas a serem atingidas pelas empresas como contrapartida do apoio público;

(d) baseada na transparência dos custos envolvidos e do retorno que a economia do País poderá receber;

(e) orientada pela cobrança de desempenho e metas publicamente fixadas;

(f) definida no tempo;

(g) transparente à opinião pública.

43. Para implementar essas políticas, será necessária uma maior articulação de todos os órgãos de governo envolvidos com o comércio exterior e a capacitação produtiva. Isso significa uma grande reestruturação dos setores hoje responsáveis pelas exportações e relações internacionais. Na execução dessa política, teremos de reunir as melhores competências na área internacional, unificando os especialistas e constituindo um centro nacional de referência para as exportações.

44. Esse esforço de construção de um sistema nacional e inovador de competitividade precisa:

(a) articular as políticas comercial e tecnológica;

(b) aumentar significativamente o investimento em pesquisa e desenvolvimento;

(c) combinar as políticas horizontais voltadas para o mercado interno com as verticais e setoriais, voltadas para a capacitação tecnológica e as exportações.

(d) estimular as empresas brasileiras a se adaptarem às novas tecnologias via Pesquisa & Desenvolvimento e à cooperação tecnológica nas áreas de pesquisa de longo prazo. Isso significa que a nova política de competitividade estará orientada

Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo - Partido dos Trabalhadores (www.pt.org.br) / Fundação Perseu Abramo (www.fpabramo.org.br)

para facilitar os processos de investimento crescente em conhecimento e capacitação.

45. Nosso governo estará chamado a incentivar uma profunda mudança estrutural nos sistemas produtivos, especialmente aqueles intensivos em alta tecnologia. Por isso, dará especial atenção aos setores que tenham possibilidade de disputar mercados e investimentos internacionais e de vencer a forte concorrência existente. Isso significa que as políticas governamentais deverão também intervir seletivamente na reestruturação dos setores de ponta, a começar do complexo eletroeletrônico, do setor de bens de capital e da indústria química.

46. Nessa nova configuração da política econômica e industrial, a agroindústria deverá ter destaque fundamental. Tanto por sua capacidade de responder amplamente ao crescimento da demanda interna como pela sua competitividade mundial e seu papel decisivo na geração de grandes saldos comerciais.

47. Como resultado da abertura indiscriminada e da falta de planejamento estratégico para a inserção competitiva do País na economia global, o Brasil tem hoje uma pauta de exportações envelhecida, sem produtos nem serviços de alto valor agregado para oferecer no exterior. O setor eletroeletrônico permite uma verificação prática desse problema, em face do agudo déficit em componentes eletrônicos, especialmente *microchips*. No todo, a balança do setor eletroeletrônico acumula um déficit anual em torno de US$ 8 bilhões, com tendência a se acentuar nos próximos anos. O Brasil, que nos últimos 30 anos deixou escapar a primeira onda da microeletrônica, não pode ficar de novo à margem da segunda onda da microeletrônica mundial (que combina *chips* com *software*), ainda mais às vésperas de definir qual o padrão de TV Digital que o País adotará. O atual governo despertou tardiamente para este problema e não conseguiu atacar o atraso do País em tecnologia da informação e indústria eletroeletrônica com um plano coerente e prioridades definidas. O Brasil não pode abrir mão de mobilizar sua comunidade científica e empresarial nesta direção, ao lado da atração das empresas globais de microeletrônica, sob pena de se ver cada vez mais na condição de importador de bens de alto conteúdo tecnológico que a própria indústria cultural requer. Para participar desta segunda onda, forjada pela disseminação da internet e pelo avanço da comunicação móvel, é preciso reativar mecanismos de política científica, tecnológica e industrial. Significa também implementar políticas sociais vinculadas à massificação das tecnologias da informação, para que os avanços da computação e da telefonia cheguem à população pobre do País,

Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo - Partido dos Trabalhadores (www.pt.org.br) / Fundação Perseu Abramo (www.fpabramo.org.br)

combatendo na prática a exclusão digital. Soluções e parcerias inteligentes podem e devem ser buscadas com países que vivem, nesse particular, problemas afins com os da sociedade brasileira.

A Transição para o Novo Modelo tem como Alvo o Crescimento

48. A atuação essencial do nosso governo será, portanto, a busca incessante da retomada do crescimento econômico como meio privilegiado para a geração de empregos e a distribuição de renda. Esse será o instrumento essencial para a superação do círculo vicioso entre déficit externo, juros elevados, instabilidade cambial e aumento da dívida pública, criado pelo atual governo. Exatamente por isso, o esforço pelo crescimento será estruturado simultaneamente a uma criteriosa e responsável transição entre o que temos hoje e o que a sociedade brasileira reivindica. Mesmo porque o agravamento da vulnerabilidade de nossa economia não se originará da mudança do atual modelo econômico, mas sim da sua continuidade.

49. A responsabilidade fiscal e a estabilidade das contas públicas marcarão as políticas do nosso governo. Um ambiente com sólidos fundamentos macroeconômicos e com a inflação sob controle contribuirá para a queda gradativa da taxa de juros e o redirecionamento das energias do País para o investimento produtivo e o crescimento da economia.

50. Nosso governo terá uma atitude ativa no sentido de buscar a redução das taxas de juros. Para tanto, vai concentrar esforços para diminuir de forma rápida e continuada o déficit em transações correntes, com a obtenção de saldos comerciais crescentes e a melhora na conta de serviços. O regime de câmbio flutuante constitui um instrumento relevante, ainda que insuficiente, para acelerar a resolução da restrição externa, mas a retomada do desenvolvimento depende, sobretudo, da concentração de esforços nas políticas industriais e de crescimento.

51. Como já foi enfatizado, o novo modelo de estabilidade econômica que o nosso governo quer construir tem no crescimento sua força motriz. Para tanto, o nosso governo será incansável na arte de ouvir, propor e negociar

Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo - Partido dos Trabalhadores (www.pt.org.br) / Fundação Perseu Abramo (www.fpabramo.org.br)

permanentemente com todos os segmentos da sociedade brasileira, de modo a impulsionar a recuperação da auto-estima e da confiança que o País tanto precisa.

Inclusão Social

1. A ênfase no desenvolvimento social articulado com a retomada do desenvolvimento econômico fundamenta-se nos princípios éticos e nas prescrições constitucionais relacionados com o direito à vida, à dignidade da pessoa humana e à justiça social e com compromissos cívicos e patrióticos. Impossível conceber um futuro para nosso povo sem integrar os 53 milhões de brasileiros excluídos da cidadania.

2. A implementação de políticas sociais como eixo do desenvolvimento exige medidas audaciosas e criativas. As políticas sociais quase sempre foram tratadas no Brasil como questões marginais, vinculadas ao assistencialismo. Para mudar essa lógica, o primeiro passo é romper com as ações fragmentadas e dispersas, os feudos e loteamentos temáticos e clientelísticos que descaracterizam as políticas sociais no Brasil em todas as esferas, do município à União. O País precisa de políticas sociais integradas, estratégicas, formuladas e implementadas por meio de ações intersetoriais, buscando sempre parcerias com os diversos segmentos, entidades e movimentos sociais.

3. As bases sobre as quais se ergueu o sistema de proteção social no Brasil – emprego, renda, contribuição e benefícios sociais configurando o modelo de seguro social apoiado na capacidade contributiva – relegaram ao plano da assistência, supostamente residual, o enorme contingente de brasileiros excluídos da proteção. Atualmente, o princípio da universalização (de base não contributiva) se refere legalmente à educação básica (obrigatória e gratuita), à saúde e aos benefícios e serviços estabelecidos pela Lei Orgânica da Assistência Social. Como resultado deste quadro, e após uma década de políticas liberais, há um saldo de 53 milhões de pobres, dos quais 23 milhões de indigentes, 11,5 milhões de desempregados, crianças desamparadas e moradores de rua, analfabetos declarados e analfabetos funcionais; recrudescimento de doenças do século XVIII, como a tuberculose; trabalho infantil; agravamento da concentração de renda e violência urbana e rural.

4. Não é possível enfrentar semelhante quadro exclusivamente no âmbito das políticas de saúde, educação e assistência social. Nosso governo terá a

Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo - Partido dos Trabalhadores (www.pt.org.br) / Fundação Perseu Abramo (www.fpabramo.org.br)

tarefa histórica de implementar uma política nacional de inclusão social, abandonando a oposição entre política econômica e política social. É por isso que a dimensão social da retomada do desenvolvimento terá como prioridades, em nosso governo, a ampliação do emprego e a melhoria no perfil de distribuição de renda, sobretudo por meio do aumento do salário mínimo, do fim da tributação regressiva e da adoção de programas de renda mínima.

5. A estratégia de inclusão social supera a lógica de uma pobreza assistida e focalizada de modo estreito, tanto em termos quantitativos quanto qualitativos. Evita a sobreposição de programas, que pulveriza os recursos públicos, causa disputa entre as instituições e fragmenta as ações, tornando-as pouco efetivas.

6. Na experiência de quase oito anos do atual governo, a fragmentação institucional, a focalização excludente e a superposição têm sido extraordinárias. Assim, temos o programa Bolsa Alimentação, destinado às famílias com crianças entre 6 meses e 6 anos de idade, gestantes e nutrizes, implementado pelo Ministério da Saúde; o programa Bolsa Escola, para famílias com crianças entre 6 e 15 anos, sob responsabilidade do Ministério da Educação; o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), dirigido às famílias com crianças entre 7 e 14 anos, sob a responsabilidade da Secretaria de Estado de Assistência Social do Ministério de Previdência e Assistência Social (SEAS/MPAS); o Programa Agente Jovem, destinado aos adolescentes entre 15 e 17 anos, também na SEAS-MPAS; o Programa Bolsa Renda, que se destina às famílias residentes em áreas atingidas pela seca e com renda familiar *per capita* de até 1/3 do salário mínimo, vinculado ao Ministério da Integração Nacional. Finalmente, há o Programa Vale Gás, do Ministério das Minas e Energia, que transfere R$ 15 por bimestre para famílias de baixa renda.

7. Ainda para complementação de renda, existem os programas de prestação continuada da Lei Orgânica da Assistência Social: o benefício destinado aos idosos de famílias com renda familiar *per capita* de até 1/4 do salário mínimo (substituto do benefício previdenciário conhecido como renda mensal vitalícia) e, com o mesmo critério de renda, o benefício destinado aos portadores de necessidades especiais, incapacitados de obter renda por meio do trabalho.

8. Os demais benefícios, para o empregado assalariado e com carteira de trabalho (abono salarial e salário família) e para o demitido do setor formal (FGTS e seguro desemprego), só atingem as pessoas que contam com emprego formal.

Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo - Partido dos Trabalhadores (www.pt.org.br) / Fundação Perseu Abramo (www.fpabramo.org.br)

9. Além da dispersão e fragmentação que atingem os programas sociais do governo federal, eles operam com o princípio da focalização, como se a pobreza fosse residual. Para enfrentar a questão social no Brasil e reverter esse quadro, é necessário um movimento duplo: rever o modelo de desenvolvimento adotado e implementar uma nova geração de políticas públicas de inclusão social de caráter universal e sem fragmentação. É necessária, portanto, uma ação coordenada dos programas e das políticas, modificando a lógica setorializada e departamentalizada, que tem alto custo com os meios e baixo retorno nos fins. Para tanto, são imprescindíveis: a definição de uma nova concepção de gestão administrativa intersetorial, criando-se um Conselho de Desenvolvimento Social, e o estabelecimento de metas sociais que sejam acompanhadas, avaliadas e tenham um sistema de incentivos.

10. O Conselho de Desenvolvimento Social trabalhará com Câmaras Técnicas Setoriais e terá como atribuição coordenar, definir metas e desenhar instrumentos de incentivos para a estratégia do governo federal de inclusão social. A partir do estabelecimento de metas sociais, o Conselho atuará na implementação articulada e integrada dos programas nacionais de enfrentamento da pobreza, do desemprego, da desigualdade de renda e das carências educacionais. Tendo em vista que 67% dos trabalhadores brasileiros não possuem ensino fundamental completo, será dada especial atenção à formulação de programas de formação profissional e de educação de jovens e adultos.

11. A imensa dívida social acumulada ao longo da história do País pode ser saldada também com a ajuda de milhares de organizações que fazem parte do chamado Terceiro Setor e dos investimentos sociais das empresas socialmente responsáveis. Os recursos do governo e da sociedade devem ser mobilizados de forma articulada, eficiente e produtiva em torno das grandes prioridades do nosso governo: a promoção da justiça social, a retomada do crescimento econômico e a geração de emprego e trabalho.

A Política de Garantia de Renda Mínima

12. As primeiras discussões, no Brasil, sobre a instituição de um programa de garantia de renda mínima remontam à década de 1970, mas o debate nacional sobre a importância e a legitimidade de programas desse tipo ganhou

Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo - Partido dos Trabalhadores (www.pt.org.br) / Fundação Perseu Abramo (www.fpabramo.org.br)

visibilidade no início dos anos 90, com o projeto de lei que instituía o Programa de Garantia de Renda Mínima, do senador Eduardo Suplicy (PT-SP).

13. Na primeira metade dos anos 90, o tema entrou na agenda pública com uma nova característica: renda mínima vinculada à família e à educação. No centro do argumento encontra-se a idéia de que a baixa renda das famílias induz ao ingresso precoce de seus filhos e dependentes no mercado de trabalho, fazendo com que seja muito alto o custo de oportunidade de mantê-los na escola. Oferecer um complemento de renda às famílias pobres, condicionado à matrícula e à freqüência escolar, é uma maneira de superar a reprodução da pobreza de geração para geração, de reduzir a pressão sobre o mercado de trabalho e de garantir que crianças, em lugar de trabalhar, brinquem e estudem.

14. O resultado do debate do começo dos anos 90 manifestou-se em 1995, quando tiveram início as primeiras experiências municipais, em Campinas e Ribeirão Preto, e a do Distrito Federal. Os programas receberam denominações particulares em cada localidade, mas explicitaram algo em comum: a articulação, de forma inédita e inovadora, do reforço da renda familiar e do estímulo à educação das crianças como opção estratégica de combate à pobreza.

15. Às experiências municipais e algumas iniciativas estaduais juntou-se o Programa de Garantia de Renda Mínima Associado a Ações Sócio Educativas, instituído pela Lei nº 9.533/97. O programa federal executado em 1999 e 2000, sob responsabilidade do Ministério da Educação e do Desporto (MEC), aderiu à mesma estratégia presente na centena de programas que o antecedeu: reforço da renda familiar e elevação da escolaridade das crianças e adolescentes pobres.

16. O Programa Bolsa Escola e os demais programas de complementação de renda (Bolsa Alimentação, PETI e outros já descritos) voltados ao mesmo público-alvo e com o mesmo critério de seleção serão revistos, com o objetivo de evitar superposição, disputa entre gestores e pulverização dos recursos públicos.

17. No campo da renda mínima, nosso governo atuará em quatro frentes: (a) implementação de programas nos municípios, atendendo à faixa de 0 a 15 anos de idade. A transferência de renda às famílias com renda *per capita* igual ou inferior a meio salário mínimo será feita com a complementação ao valor pago por programas municipais; (b) adoção de bolsas de estudo para jovens entre 16 e 25 anos, provenientes de famílias de baixa renda, para que

Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo - Partido dos Trabalhadores (www.pt.org.br) / Fundação Perseu Abramo (www.fpabramo.org.br)

completem o ensino médio ou superior, com contrapartida de realização de serviços comunitários (c) programa de garantia de renda e valorização profissional de trabalhadores desempregados entre 22 e 50 anos, encaminhando-os para atividades comunitárias e de capacitação ocupacional; a remuneração será garantida com o seguro-desemprego, no caso dos trabalhadores formais, e com um auxílio de renda, para os informais; (d) programa Nova Oportunidade, para desempregados de 51 a 66 anos, oferecendo-lhes uma alternativa de ocupação.

18. A renda mínima que nosso governo vai propor deve ser vista como um passo na direção da implementação – quando houver condições fiscais – de uma renda básica de cidadania.

Programa de Combate à Fome

19. A miséria no Brasil não é algo ocasional, mas resultado de um processo histórico que não resolveu questões básicas. Com a explosão dos índices de desemprego nos anos 90, ela se agravou. Hoje, há um amplo consenso de que o mais terrível dos efeitos da miséria, a fome, não é causado pela falta de produção de alimentos, mas pela falta de renda das famílias para adquirir os alimentos na quantidade necessária e com a qualidade adequada.

20. A implantação de políticas estruturais para erradicar a miséria requer muitos anos para gerar frutos consistentes. Mas a fome não espera e segue matando a cada dia, produzindo desagregação social e familiar, doenças, desespero e violência crescentes. Para combater a fome, não podemos nos limitar às doações, bolsas e caridade. É possível erradicar a fome por meio de ações integradas que aliviem as condições de miséria. Articuladas com uma política econômica que garanta uma expansão do Produto Interno Bruto de, pelo menos, 4% ao ano, esse objetivo pode ser conseguido em até uma geração. Os instrumentos que colocaremos em ação permitirão promover o desenvolvimento, gerar emprego e distribuir renda. O combate à fome se integra, assim, à concepção de um novo tipo de desenvolvimento econômico.

21. O Projeto Fome Zero inclui, além de medidas estruturais, uma política de apoio efetivo à agricultura familiar; o direito à Previdência Social para todos os trabalhadores familiares, da economia rural ou da economia informal urbana, garantindo a universalidade prevista na Constituição; o direito à complementação de renda para que todas as crianças das famílias pobres

Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo - Partido dos Trabalhadores (www.pt.org.br) / Fundação Perseu Abramo (www.fpabramo.org.br)

possam ter formação educacional adequada; a ampliação da merenda escolar, atingindo todas as crianças que freqüentam escolas públicas, inclusive creches; e, finalmente, o apoio aos inúmeros programas criados por governos estaduais, municipais e pela sociedade civil organizada que buscam combater a fome por meio de restaurantes populares, bancos de alimentos, modernização do abastecimento, incentivo à agricultura urbana, apoio ao auto-consumo alimentar e à agricultura familiar.

Para atacar de imediato o problema da fome será fornecido *"o cartão de alimentação"* para as famílias muito pobres, possibilitando-lhes comprar os alimentos de que necessitam.

22. A falta de políticas de geração de emprego, de saúde e de educação tem um custo elevado para o País. Há também o custo da falta de consumo e da produção de bens e o custo para o empregador, entre outros. Por isso, combater a fome não deve ser considerado apenas um "custo", mas também um investimento no Brasil. Uma cesta básica que garanta alimentação adequada para 10 milhões de famílias vulneráveis à fome pode gerar cerca de R$ 2,5 bilhões a mais em arrecadação de impostos. Além disso, pode dar ocupação permanente a mais 350 mil pessoas na agricultura familiar de arroz e feijão. Assim, combatendo a fome, o pior efeito da miséria, estaremos combatendo também a miséria.

23. O Brasil tem as duas condições necessárias para reduzir a fome para números mínimos num curto espaço de tempo. Uma é a nossa agricultura, capaz de produzir todos os alimentos necessários e ainda exportar amplamente. A outra são os recursos necessários para garantir o direito a uma alimentação adequada aos milhões que não têm renda. Por isso, podemos afirmar que é possível eliminar a fome, assim como acabar com o analfabetismo e com as outras mazelas sociais próprias da ausência de políticas públicas adequadas.

A Política de Educação

24. A educação é antes de tudo um instrumento de promoção da cidadania e, sobretudo nos dias de hoje, instrumento fundamental para o desenvolvimento e a inserção competitiva de qualquer nação no mundo. Se o país aceita a condição de subalternidade, ele dispensa cidadãos ativos, criativos, com sólida formação humanística e científica. Se o país se quer

Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo - Partido dos Trabalhadores (www.pt.org.br) / Fundação Perseu Abramo (www.fpabramo.org.br)

soberano e sem exclusão, precisa desenvolver as ciências humanas, naturais, exatas, a tecnologia, as artes, as múltiplas linguagens. Isto se faz garantindo educação de qualidade para todos. A escolaridade média do brasileiro, de pouco mais de quatro anos, é um indicador da dramática situação de desigualdade e injustiça existente no Brasil.

25. As características da atual política educacional são a descentralização executiva, o controle centralizado e a privatização do atendimento, principalmente no nível superior, e a insuficiência global de recursos.

26. A descentralização se confunde com a desoneração do Estado para com o sistema de educação. No âmbito da escolarização obrigatória, a criação do Fundo de Manutenção e de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), se trouxe avanços importantes, principalmente em regiões mais pobres, o fez com certo grau de perversidade.

27. O Fundef obriga o governo federal a repassar recursos aos estados cujo investimento aluno/ano seja menor que o mínimo estabelecido nessa lei. Portanto, ao estabelecer um valor mínimo anual por aluno menor que a média geral do investimento aluno/ano, o governo federal deixa de repassar recursos da União à maioria dos estados: poucos são aqueles cujo investimento fica abaixo do valor mínimo. Dessa forma, o governo não só se desonera do repasse de recursos, como também consolida as desigualdades entre estados, praticando uma "política de eqüidade" que, de fato, não passa de uma "política de igualdade na pobreza".

28. A ação centralizada do governo federal sobre as diversas formas ditas de avaliação, como o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e o Exame Nacional de Cursos (Provão), focaliza apenas o produto final e não o processo educativo. Essa forma de avaliação serve para destacar alguns efeitos especiais, pelos quais o MEC tem grande interesse, como o *ranking* dos estados, no caso da educação básica, e o das universidades, no caso da educação superior. Esse tipo de avaliação, para ser eficaz, precisaria vir acompanhado de programas consistentes de melhoria de qualidade do ensino, por meio tanto de formação, retreinamento e melhor remuneração de professores, a partir de critérios de desempenho, quanto da rediscussão das grades curriculares, com a valorização de conteúdos.

29. Quanto ao avanço da privatização do sistema, ela não se dá pela venda das universidades e escolas públicas, mas pelo acelerado aumento proporcional da rede privada, a cada dia com maior peso no sistema, principalmente na educação infantil e na superior.

Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo - Partido dos Trabalhadores (www.pt.org.br) / Fundação Perseu Abramo (www.fpabramo.org.br)

Uma Nova Política Educacional

30. Os desafios qualitativos e quantitativos da educação são de tal magnitude que não pode mais haver vacilação quanto à importância estratégica dos investimentos nessa área. Todos os elos educacionais, da creche à pós-graduação, têm de ser verdadeiras prioridades e contar com recursos progressivamente maiores.

31. Nosso governo terá como meta promover a educação infantil a um novo estatuto, de modo que todas as crianças tenham os meios para sua formação intelectual igualmente assegurada. Será prioridade, nos próximos quatro anos, universalizar o ensino do nível pré-escolar até o médio e garantir o acesso à creche.

32. No caso do ensino médio, formularemos uma política que inclua os jovens trabalhadores. Para tanto, o Fundef deve ser ampliado para todo o ensino básico e contar com recursos suplementares do governo federal, revertendo-se o atual processo de municipalização predatória da escola pública. Além disso, a exemplo da saúde, a educação tem que ser concebida como um sistema nacional articulado, integrado e gerido em regime de colaboração (União, estados e municípios) e de forma democrática, com a participação da sociedade.

33. Os dados do Censo da Educação Superior de 2000 mostram que os jovens das camadas mais pobres praticamente não têm acesso à educação superior pública: apenas 7,7% dos jovens entre 18 e 22 anos freqüentam cursos universitários. Cerca de 70% deles estudam em estabelecimentos privados. Quando conseguem chegar ao ensino superior, o custo é tão alto que apenas os que têm bons empregos ou apoio econômico da família conseguem pagar a faculdade. Por isso, há elevada inadimplência e evasão, até porque o sistema de crédito educativo, que poderia ser uma alternativa, é insuficiente e inadequado. São tarefas inadiáveis a ampliação significativa das vagas nas universidades públicas e a reformulação do sistema de crédito educativo vigente.

A Política de Saúde

Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo - Partido dos Trabalhadores (www.pt.org.br) / Fundação Perseu Abramo (www.fpabramo.org.br)

34. No fim da década de 1980, com a Constituição Federal e a Lei Orgânica da Saúde, o Brasil montou um sistema único e nacional de saúde, que integrou os subsistemas de saúde pública e previdenciária, assim como os serviços públicos e privados, em regime de contrato ou convênio. Trata-se do Sistema Único de Saúde (SUS), que está organizado de forma regionalizada e hierarquizada, sob comando único em cada nível de governo e segundo as diretrizes da descentralização administrativa e operacional, do atendimento integral à saúde e da participação para o controle social. O SUS representa a conquista de uma forma ampla de entender a saúde, definida constitucionalmente como direito de todos e dever do Estado.

35. Em nosso governo, a saúde será entendida e gerenciada no contexto dos direitos sociais compreendidosna Seguridade Social, devendo ser financiada por toda a sociedade, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, além de contribuições sociais e outras fontes. A experiência tem mostrado também que as iniciativas do chamado Terceiro Setor e das Organizações Não Governamentais (ONGs) funcionam bem e complementam a ação do Estado. Não serão, por isso mesmo, subestimadas.

36. Em defesa da vida e de um direito fundamental da pessoa humana, nosso governo trabalhará para garantir acesso universal, equânime e integral às ações e serviços de saúde, assim como a políticas sociais e econômicas que reduzam o risco de adoecimento e que promovam a qualidade de vida. Desenvolverá políticas promotoras de saúde e bem-estar nas cidades e no campo, estimulando a participação dos diversos segmentos da sociedade e respeitando o controle social dos Conselhos de Saúde.

37. O Brasil passa, atualmente, por mudanças no perfil demográfico e epidemiológico da população: crescimento populacional com aumento da expectativa de vida; aumento da população idosa; atendimento e mortes provocados por agravos decorrentes de causas externas, como acidentes, violência e envenenamento; existência de doenças transmissíveis com quadro de persistência (malária, tuberculose, meningite, leishmaniose, febre amarela silvestre, hepatite e esquistossomose), doenças reemergentes (dengue e cólera) e doenças emergentes (Aids e hantaviroses); aumento das doenças cardiovasculares (doenças isquêmicas do coração, doenças cérebro-vasculares e hipertensão) e também das doenças crônico-degenerativas (câncer, diabetes, doenças renais e reumáticas, entre outras), além dos transtornos mentais reconhecidos como um problema de saúde pública. Nosso governo buscará garantir o direito constitucional da população ao atendimento de suas

Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo - Partido dos Trabalhadores (www.pt.org.br) / Fundação Perseu Abramo (www.fpabramo.org.br)

necessidades, desde a prevenção dessas doenças até o atendimento dos casos mais complexos.

38. A direção do SUS deve ser descentralizada efetivamente, com os municípios e os estados desenvolvendo condições técnicas, financeiras e políticas para coordenar a organização dos serviços no seu território, exercer a gestão, prestar contas e implementar as deliberações dos Conselhos de Saúde. Essa disposição constitucional é importante porque a responsabilidade compartilhada entre as três esferas de governo com respeito às prerrogativas dos municípios e estados permite que as ações e os serviços de saúde tenham a organização necessária em cada território, conforme indicar o planejamento e deliberar o controle social.

39. Nosso governo respeitará e efetivará o que a lei estabelece, oferecendo cooperação técnica e financeira para fortalecer estados e municípios para que, respeitando o controle social, exerçam a gestão descentralizada do SUS e a regulação do sistema privado suplementar.

40. Nosso governo fortalecerá a cultura e a prática de gestão solidária entre as três esferas de governo, com a formalização legal e o respeito às instâncias de pactuação das políticas de saúde entre os gestores. No plano nacional, além da construção consensual das estratégias para todo o País, serão discutidas e pactuadas formas de monitoramento de metas e resultados a serem alcançados, substituindo as atuais formas de controle centralizado e exclusivamente administrativo do Ministério da Saúde. Essa pactuação da gestão substituirá as numerosas e fragmentadas iniciativas impostas de cima para baixo, como têm sido as campanhas e os programas do atual governo, que desrespeitam a realidade dos municípios e não atendem às necessidades da população que procura os serviços de saúde.

41. O Ministério da Saúde, em nosso governo, fará efetivamente a gestão nacional do SUS, sem concorrer com os estados e municípios. Uma das estratégias fundamentais para induzir a implementação do SUS será capacitar estados e municípios para planejar o sistema de saúde no âmbito de suas competências, de forma a identificar corretamente os problemas e prioridades, ordenar e tornar mais eficientes os recursos financeiros e assistenciais existentes, ampliar os serviços nas áreas de carência, avaliar e regular as ações e os serviços oferecidos. Além de fortalecer o planejamento local, o Ministério da Saúde estabelecerá mecanismos de acompanhamento da gestão descentralizada. Para um Brasil mais saudável, os serviços de saúde precisam ser organizados e controlados de baixo para cima, facilitando a participação e o

Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo - Partido dos Trabalhadores (www.pt.org.br) / Fundação Perseu Abramo (www.fpabramo.org.br)

controle da sociedade. Em nosso governo, ações firmes impedirão a exposição dos usuários dos serviços de saúde aos riscos de tecnologias desnecessárias e à sua incorporação indiscriminada.

42. O Ministério organizará efetivamente um Sistema Nacional de Informações em Saúde para suporte e monitoramento da gestão e da atenção. A informação é uma ferramenta indispensável para gestão, diagnóstico de prioridades, identificação de debilidades, planejamento, acompanhamento da atenção e exercício do controle social. Com isso, será organizada uma política nacional de disseminação de informações, bem como de capacitação de trabalhadores de saúde, gestores e usuários, principalmente os conselheiros de saúde.

43. O Ministério da Saúde será reorganizado, de modo a tornar sua estrutura horizontal e unificar as diversas áreas concorrentes entre si. Deverá ter estrutura enxuta, com forte capacidade de gerir e monitorar o sistema de saúde nacionalmente e cooperar técnica e financeiramente com os estados e municípios. O Ministério formulará políticas com os gestores e as submeterá a controle social, normatizando apenas os aspectos relativos à competência federal de gestão.

44. Os vínculos dos hospitais universitários com o SUS serão fortalecidos. Os quadros de servidores desses hospitais serão recompostos, para garantir sua eficáciae a formação de trabalhadores comprometidos com o sistema.

45. A relação do SUS com os serviços privados de saúde respeitará a prioridade definida legalmente para os serviços de natureza filantrópica e será formalizada mediante contratos e convênios, que deverão estabelecer metas físicas, de resolubilidade e de qualidade assistencial. Os contratos e convênios estabelecerão mecanismos e fluxos de acompanhamento do poder público e de controle social sobre sua vinculação ao SUS, inclusive nos aspectos financeiros.

46. A política de pessoal do SUS será fundamentada na humanização do atendimento, na implantação do sistema democrático de relações de trabalho, na formação profissional e na valorização profissional. Será implantada uma mesa nacional permanente de negociação, com representação das três esferas de governo e dos trabalhadores para implantar um sistema democrático de relações de trabalho no SUS. Essa mesa de negociação deverá elaborar uma política de pessoal que contemple o acúmulo de discussões sistematizadas atualmente pelo controle social do SUS e que atenda aos interesses da população, articulando-se continuamente com os Conselhos de Saúde.

Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo - Partido dos Trabalhadores (www.pt.org.br) / Fundação Perseu Abramo (www.fpabramo.org.br)

47. A regulação das ações e serviços suplementares na instância federal será subordinada integralmente ao Ministério da Saúde e englobará todos os aspectos econômicos, jurídicos e assistenciais, com ação sobre as operadoras e todos os seus prestadores credenciados. O funcionamento da saúde suplementar deve pressupor a busca contínua do bem-estar de seus usuários, pois cerca de 40 milhões de brasileiros encontram-se sem a efetiva garantia da qualidade da assistência prestada. A saúde suplementar deve operar preservando o SUS de ações predatórias em que o alto custo dos procedimentos mais complexos é transferido para o sistema. O ressarcimento ao SUS deve ser imediatamente expandido para todos os procedimentos hospitalares e ambulatoriais.

48. Nosso governo vai se empenhar no cumprimento da Constituição Federal e da Lei Orgânica da Saúde, respeitando a boa gestão e as fontes de financiamento especificadas no Orçamento da União. O Ministério da Saúde desenvolverá política intersetorial para otimizar ações setoriais e minimizar custos, desvios e atropelos da duplicidade de ações setoriais sobre o mesmo objeto.

49. Os recursos financeiros do SUS devem ser repassados diretamente do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos Estaduais e Municipais de Saúde, que devem ser geridos pelo respectivo Gestor do SUS, gastos em conformidade com os Planos de Saúde (estadual ou municipal), com acompanhamento e fiscalização dos respectivos Conselhos de Saúde. Além disso, serão estabelecidos instrumentos e mecanismos de controle da aplicação dos recursos. Um controle que transcende o critério contábil, o fluxo de caixa e o balancete do fundo de saúde e requer uma análise de impacto, de resultado, da modificação dos indicadores e da qualidade de vida.

50. Nosso governo adotará as Conferências de Saúde como prática regular para a avaliação da situação de saúde, de discussão e deliberação de diretrizes para a formulação das políticas setoriais, respeitando os encaminhamentos das mesmas e adotando medidas para fortalecer os Conselhos de Saúde. O respeito às prerrogativas do controle social por parte de todos os gestores e do sistema de saúde será uma das metas prioritárias a serem pactuadas pelo Ministério da Saúde com os estados e municípios.

Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo - Partido dos Trabalhadores (www.pt.org.br) / Fundação Perseu Abramo (www.fpabramo.org.br)

Política de Assistência Social

51. A Constituição Federal e a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) estabelecem que a assistência social é um direito de base não contributiva, integrante do campo da seguridade social, que visa prevenir e superar diferentes formas de exclusão, garantindo padrões mínimos de cidadania. A LOAS desenhou um modelo institucional no qual estão previstos a descentralização, o comando único, a gestão compartilhada com a sociedade civil e o controle social. Legalmente, o financiamento conta com fontes definidas, orçamento assegurado e com gestão via Fundo de Assistência Social. No entanto, desde a aprovação da LOAS, em 1993, a política de assistência social enfrenta graves dificuldades para se afirmar como promotora do exercício dos direitos sociais legalmente estabelecidos.

52. A política do atual governo não respeita as definições constitucionais e legais e, mais que isso, aprofunda as relações clientelistas, assistencialistas e tuteladoras, promovendo ações focalizadas, seletivas e desconectadas das demais políticas sociais. Nosso governo, ao contrário, estará comprometido com a universalização dos direitos, sem clientelismo nem tutelas.

53. Para superar o modelo vigente, os principais desafios são: garantia de eqüidade e universalização do acesso; responsabilidade estatal pelo financiamento da Política de Assistência Social na gestão e execução; construção de uma relação qualificada entre estados e municípios, fortalecendo o sistema descentralizado e participativo; unidade da política social por meio de um esforço permanente de articulação dos programas; ampliação da capacidade do Estado, entendendo que as entidades de assistência e ONGs são complementares e não substitutas das ações estatais. Quanto ao financiamento da política de assistência social, é necessário garantir o orçamento fiscal definido em lei.

54. Em resumo, o sistema único de assistência social descentralizado e participativo é uma conquista de cidadania. Na prática, ele quebra a política patrimonialista expressa pelo favor, pelas subvenções parlamentares, entre outros tantos desvios, e institui o direito de cidadania e o controle social.

55. O caráter público da assistência social será assegurado nas parcerias, mantendo relação qualificada e transparente de transferência de recursos entre estados e municípios, observado o pacto federativo. Como protagonista da política de inclusão social, a assistência social é parceira na vigilância das

Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo - Partido dos Trabalhadores (www.pt.org.br) / Fundação Perseu Abramo (www.fpabramo.org.br)

exclusões e na atenção à criança e ao adolescente, e aos adultos em risco social e pessoal.

Infra-estrutura e Desenvolvimento Sustentável

1. O esforço fundamental do nosso projeto é a busca de elaboração eimplementação de políticas de médio e longo prazo voltadas para o assentamento dos alicerces de um Brasil sustentável, mais justo e ambientalmente equilibrado e sem as desigualdades que vêm marcando nossa história de exclusão. Nesse sentido, o novo governo terá no centro de suas preocupações a construção e implementação de estratégias que melhorem a distribuição de renda e reforcem a conservação da diversidade ambiental, a pluralidade e a singularidade das nossas diferentes culturas.

2. O programa que ora apresentamos procura estabelecer as linhas estratégicas do futuro governo para recuperar a infra-estrutura produtiva do País. Nesse sentido, o novo governo buscará consolidar e ampliar os pilares de sustentação do parque produtivo brasileiro, tendo como eixo o planejamento integrado nacionalmente, combinado a uma perspectiva regional flexível e descentralizada.

3. Nosso governo manterá distância tanto do velho nacional-desenvolvimentismo das décadas de 1950, 1960 e 1970 quanto do novo liberalismo que marcou os anos 90.

4. No primeiro caso, apesar do sucesso obtido com a industrialização do País, o modelo implantado estimulou práticas clientelistas, às custas de subsídios e benefícios distribuídos às empresas, sem preocupação com a competitividade e sem a definição de cronogramas e metas. Em uma palavra, sem claras políticas de reciprocidade entre o setor público e o privado. O resultado foi a distorção das estruturas de mercado, a geração de ineficiências econômicas e um quadro de má distribuição de renda.

5. De seu lado, a experiência liberalizante dos anos 90 provocou corrosão do tecido industrial, com perdas de elos importantes das cadeias produtivas, enfraquecendo a capacitação interna e ampliando a vulnerabilidade externa do País. Ao longo dos últimos

Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo - Partido dos Trabalhadores (www.pt.org.br) / Fundação Perseu Abramo (www.fpabramo.org.br)

anos, as políticas do atual governo aprofundaram a fragmentação da estrutura econômica e industrial, as desigualdades regionais e a concentração de renda.

6. Um novo modelo de desenvolvimento exigirá a superação efetiva de importantes estrangulamentos na infra-estrutura existente hoje no País, cuja insuficiência e desgaste tem se revelado como um obstáculo decisivo ao crescimento sustentado.

7. As bases programáticas do nosso governo apontam para um País diferente. Um Brasil capaz de construir seu próprio futuro e de sustentar seu desenvolvimento econômico e social.

Diretrizes Gerais

8. O plano do novo governo para os setores de infra-estrutura está sustentado por três pilares básicos:

a) Uma nova concepção de Planejamento e Desen-volvimento. O planejamento público é ação precípua e intransferível do Estado. O novo governo retomará a prática do planejamento estratégico, tanto nacional como regional, como instrumento para a definição de ações práticas em todos os setores da infra-estrutura. O debate com a sociedade será determinante nas relações entre estados e União, de modo a permitir um lugar de destaque para a atuação regional voltada para o desenvolvimento. O novo governo fixará macroprioridades nacionais para revitalizar a Federação, integrando União, estados e municípios, dando origem a um novo modelo de descentralização coordenada. Será possível planejar e ao mesmo tempo descentralizar a partir da recuperação do papel indutor do governo federal, aliado a um maior controle e participação social nas ações de desenvolvimento regional e local.

b) Reconstrução das Cidades e Desenvolvimento Urbano. O novo governo enfrentará os principais problemas urbanos acumulados ao longo dos últimos anos, como a: (1) ausência de moradia e saneamento adequado (acessibilidade a água potável, sistemas de esgotos, destinação e tratamento de resíduos sólidos); (2) a baixa mobilidade urbana (transportes ágeis e não poluidores); (3) a falta de ação coordenada entre os executivos municipais, estaduais e federal de modo a dar forma a uma efetiva Política de Desenvolvimento Urbano, com propostas específicas para as regiões metropolitanas e os demais centros urbanos do País, inclusive os pequenos municípios.

c) Energia para o desenvolvimento. A política econômica do nosso governo visa promover um novo ciclo de expansão da economia e atender

Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo - Partido dos Trabalhadores (www.pt.org.br) / Fundação Perseu Abramo (www.fpabramo.org.br)

demandas reprimidas existentes. Para isso, novos projetos de reestruturação da base produtiva serão necessários, de modo a viabilizar, a médio e longo prazos, uma articulação entre o local, o regional e o nacional, com o objetivo de dar forma ou restaurar cadeias produtivas e melhor identificar e controlar os impactos socioambientais, integrando nesse esforço lideranças da sociedade civil. O novo governo trabalhará com um planejamento energético integrado, de maneira a viabilizar novas dinâmicas para os setores de hidroeletricidade, petróleo e gás natural, carvão, de geração nuclear, fontes alternativas (eólica, solar e biomassa), de eficiência energética e co-geração e geração distribuída, devolvendo ao Ministério das Minas e Energia as atribuições de principal gestor do sistema.

Fontes de Financiamento

9. O montante global dos recursos a serem despendidos pelo nosso governo com os diferentes programas propostos está vinculado às suas perspectivas de captação de recursos, ao grau de racionalização das despesas do Estado e à articulação com os setores público e privado. Assim, o alcance dos programas propostos será tanto maior quanto melhor for o desempenho da economia e da gestão fiscal. Para a realização dos programas do novo governo, além da reorientação dos fundos atualmente disponíveis (como o FGTS e o FAT) e de instrumentos como o BNDES, a Caixa Econômica Federal e a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), serão considerados os seguintes determinantes básicos: (1) Crescimento econômico; (2) Melhoria na gestão das receitas; (3) Racionalização das despesas administráveis; (4) Redução gradual dos encargos financeiros; (5) Adoção de parcerias com o setor privado; (6) Parcerias com outros níveis de governo; (7) Substituição e integração de programas governamentais.

§ **Crescimento Econômico**. O determinante mais importante do volume dos recursos públicos é o nível da atividade econômica. Quanto mais cresce a economia, mais recursos públicos são gerados. Na realidade, esses recursos crescem acima do nível da própria atividade econômica, pois as empresas e os demais contribuintes passam a ter maiores condições de pagar os impostos e contribuições. Um crescimento econômico de 4% do PIB ao ano permite uma expansão da receita pública de 5% a 7% ao ano. Como a política econômica do novo governo será sustentada pelo crescimento econômico, significativo volume de recursos será carreado aos cofres e fundos públicos para dar sustentação financeira aos programas propostos.

Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo - Partido dos Trabalhadores (www.pt.org.br) / Fundação Perseu Abramo (www.fpabramo.org.br)

§ **Melhoria na gestão das receitas**. O alto nível de sonegação e inadimplência existente em nosso país está relacionado, em boa medida, às dificuldades financeiras pelas quais passam os agentes econômicos, e também à precariedade da gestão das receitas públicas, pelo insuficiente nível de informatização e integração dos diferentes sistemas de arrecadação existentes. Historicamente, as receitas vêm crescendo com as melhorias constantes e crescentes das gestões fazendárias em todos os níveis de governo. Nos últimos dez anos, esta eficiência tem representado um crescimento de cerca de 2% ao ano. A ampliação da informatização a ser desenvolvida pelo novo governo, o cruzamento de cadastros dos diversos sistemas de arrecadação inter e intragovernamentais e o aperfeiçoamento da máquina fazendária com a ampliação e a valorização dos profissionais do setor, permitirão que novos recursos sejam obtidos para o financiamento de novos programas.

§ **Racionalização das despesas administráveis**. Entre 1995 e 2001, segundo o Tesouro Nacional, as despesas com pessoal representaram 24% das despesas correntes, os encargos financeiros 17% e as outras despesas correntes 59%. Este último item poderá ser reduzido via compras efetivadas por meio de novos sistemas eletrônicos, de pagamento pontual dos compromissos (estimulando a concorrência no fornecimento de bens, serviços e obras) e de maior controle sobre a execução dos programas.

§**Redução gradual dos encargos financeiros**. Com o refinanciamento das dívidas de estados e municípios, quase toda a dívida mobiliária do país pertence ao governo federal. Essa dívida vem sendo diretamente afetada pelas altas taxas de juros e pelas bruscas oscilações da moeda, dado que boa parte da dívida (em torno de 30%) é corrigida pela variação do dólar. A nova política econômica irá reduzir gradualmente as taxas de juros e o estoque de títulos da dívida com vinculação cambial, liberando importantes recursos para os diversos programas.

§ **Adoção de parcerias com o setor privado.** O novo governo impulsionará um movimento nacional pela retomada do crescimento do País~~, cujo pressuposto é a democratização das relações entre o governo e a sociedade civil~~. O esforço pela melhoria da competitividade da economia está ligado à criação de um ambiente ativo, com a valorização dos empreendedores e da capacidade de iniciativa no meio empresarial brasileiro. Nesse sentido, o governo buscará intensamente compartilhar investimentos com o setor privado de modo a viabilizar o novo Compromisso pela Produção. Ganha todo sentido, para tanto, a utilização do mercado de capitais, seja pelo uso de recebíveis e lançamento de debêntures, seja pela abertura do capital das empresas. Essa

Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo - Partido dos Trabalhadores (www.pt.org.br) / Fundação Perseu Abramo (www.fpabramo.org.br)

alternativa pode permitir a mobilização de capitais, não só do grande investidor como, se bem articulado e com segurança, do pequeno poupador, hoje sem opções fora da caderneta de poupança. Tal mobilização, via Bolsa de Valores, pode levar ao aumento da poupança nacional voltada para o investimento produtivo, resultando na revitalização do hoje minguado mercado de capitais brasileiro.

§ **Parcerias com outros níveis de governo**. O nosso governo implementará novos programas em parceria com estados e municípios, ampliando substancialmente o alcance da ação governamental e otimizando ativos e investimentos.

§ **Integração de Programas**. Com a definição de novas prioridades, alguns programas poderão ser substituídos, anulando-se despesas existentes para a criação de novas, conforme exigência da Lei de Responsabilidade Fiscal. O novo governo diminuirá a excessiva pulverização dos programas atuais, integrando-os em programas articulados e de maior alcance, economizando e racionalizando recursos.

Nova Política Nacional de Desenvolvimento Regional

10. Nosso governo implementará uma nova política regional capaz de equacionar a herança de desigualdades que caracteriza a realidade espacial do País. Ela combina regiões desenvolvidas e industrializadas com áreas de imensa pobreza e atraso econômico, social e cultural. O novo governo estimulará a discussão sobre uma Política Nacional de Desenvolvimento Regional*,* que seja um instrumento de avanço do conjunto das regiões e de apoio à sua inserção ativa no mundo globalizado. Caberá a essa nova política a abertura de diálogo com estados e municípios, a partir do reconhecimento de suas potencialidades e dos obstáculos ao seu pleno desenvolvimento e inserção na economia internacional. Sustentada na base produtiva regional já instalada, a nova política trabalhará pela sua ampliação a partir de:

§ **Redução sistemática das desigualdades regionais.** O novo governo terá a eqüidade como princípio estratégico. Isso se traduzirá em uma luta incansável por redução das desigualdades de renda, ampliação das oportunidades e melhoria das condições de trabalho em todas as regiões do País.

Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo - Partido dos Trabalhadores (www.pt.org.br) / Fundação Perseu Abramo (www.fpabramo.org.br)

§ **Investimento em eficiência e competitividade.** Esse investimento será estratégico para o planejamento regional e para a montagem de uma estrutura produtiva que objetive ganhar os mercados interno e externo num contexto cada vez mais competitivo;

§ **Enfrentamento das tendências à fragmentação.** Economias continentais, como a brasileira, exigem cada vez mais políticas capazes de combinar o esforço de integração ao mercado mundial, que algumas regiões e sub-regiões já desenvolvem, com uma atuação no sentido de se evitar que determinadas regiões fiquem à margem, condenadas ao atraso permanente. Políticas de complementaridade serão implementadas de modo a não duplicar esforços e a otimizar a capacidade produtiva de toda a economia brasileira. Nesse sentido, o respeito à heterogeneidade e à diversidade que caracterizam o País, tanto em termos de indicadores pessoais como espaciais, será fundamental;

§ **Combate à disputa predatória entre estados e municípios**. O Brasil está maduro para implantar um modelo descentralizado-coordenado, distinto da atual competição predatória entre estados e municípios. De fato, a "guerra fiscal" só persiste dada a ausência de verdadeiras políticas de desenvolvimento regional, de investimentos da União e da falta de incentivo à qualificação das agências regionais e ao planejamento de médio e longo prazo. O novo governo buscará eliminar o desamparo atual de governadores e prefeitos, que buscam trazer o progresso às suas regiões, hoje esquecidas pela União. A coordenação responsável e flexível do esforço dos estados e municípios será capaz de corrigir o que há de predatório na atual disputa, sem eliminar um certo grau de competição saudável para agilizar a ação pública, revigorar o corpo técnico e os equipamentos públicos estaduais e municipais;

§ **Desconcentração das bases produtivas**. O novo governo estimulará a desconcentração das bases produtivas, fortalecendo especializações regionais a partir da classificação das regiões em: (1) Áreas dinâmicas (modernas e competitivas); (2) Em processo de reestruturação (áreas com potencial de competitividade); (3) Estagnadas (áreas de baixo dinamismo econômico); (4) De potencial pouco utilizado (marginalizadas como as áreas estagnadas, que demandam maior esforço de reconhecimento de suas potencialidades); (5) Faixas de fronteira (a oeste e ao norte, elas apresentam especificidades que precisam ser trabalhadas).

§ **Criação de um Conselho Nacional de Políticas Regionais**. O novo governo proporá a criação de um Conselho Nacional de Políticas Regionais, assim como a criação de um Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional,

Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo - Partido dos Trabalhadores (www.pt.org.br) / Fundação Perseu Abramo (www.fpabramo.org.br)

estruturado como um instrumento capaz de implantar os objetivos e metas destinados a diminuir as desigualdades regionais. Caberia também ao Conselho, acima referido, analisar e aprovar propostas de regionalização, obrigatoriamente explicitadas nas políticas setoriais, uma vez que elas têm impactos regionais diferenciados num país heterogênio como o Brasil e portanto precisam ser conciderados *a priori*. A política regional do novo governo será sustentada pelo Fundo Nacional e por fundos específicos que, quando existentes, terão sua gestão democratizada. Historicamente, o investimento público foi concentrado nos pólos dinâmicos e nas áreas mais competitivas, produzindo desequilíbrios regionais crescentes. É para as áreas com maiores carências e onde os desafios são maiores, que será destinado tratamento suplementar em apoio aos esforços de seus habitantes e lideranças locais. Das ações prioritárias no plano regional, nosso governo dará ênfase a duas macrorregiões: a Amazônia, pela sua importância estratégica, e o Nordeste, pelo enorme déficit social. Nestas regiões, o novo governo buscará recuperar e restaurar toda a capacidade de planejamento e articulação das extintas Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam).

Reconstrução das Cidades e Desenvolvimento Urbano

11. O município é o espaço preferencial da política de desenvolvimento urbano, onde a sociedade se organiza social e economicamente. É no município que se situam as atividades produtivas que contribuem de forma decisiva para a formação do PIB e onde o cidadão se reconhece como agente político no sistema democrático. No entanto, os municípios brasileiros enfrentam enormes desafios. Num mundo de crescente competitividade e complexidade, ficaram delegadas aos governos municipais responsabilidades para as quais não possuem a respectiva autonomia institucional e financeira que lhes permita responder às demandas criadas e tratar dos problemas urbanos.

12. O governo federal não pode se eximir de sua responsabilidade e deve participar do esforço das administrações municipais na busca das condições que viabilizem: o *aumento da produção*, do *fluxo de bens e serviços* e da *qualidade de vida da população urbana* e a superação das atuais condições de exclusão territorial em que se encontra a maior parte da população urbana. Os impactos ambientais decorrentes da velocidade do processo de urbanização, aliados à implementação de políticas urbanas que jamais dialogaram com a

Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo - Partido dos Trabalhadores (www.pt.org.br) / Fundação Perseu Abramo (www.fpabramo.org.br)

dinâmica da cidade real, geraram uma incapacidade crônica do poder público de garantir o efetivo acesso a saneamento, habitação, transporte, segurança, educação e saúde, revelando os riscos a que significativas parcelas da população urbana estão submetidas: deslizamento de encostas, inundações, contaminações do solo e de cursos d'água, proliferação de lixões a céu aberto. Com o crescimento das aglomerações urbanas ampliou-se a pobreza urbana, tornando cada vez mais complexa a resolução dos problemas que afligem as cidades. Entre os fatores que contribuíram para essa situação, destacam-se a dificuldade de acesso à terra e a inadequação da política urbana às necessidades da população, que acentuaram a proliferação de assentamentos urbanos informais.

13. Em pouco mais de 50 anos, a taxa de urbanização passou de 31,4% para mais de 80%. No entanto, esse crescimento não foi acompanhado da oferta de bens e serviços urbanos capazes de atender ao contingente populacional que se dirigiu às cidades, onde grande parcela da população se reagrupou em assentamentos humanos informais ou ilegais, em favelas, mocambos e palafitas. Diante desse quadro, o nosso governo se dispõe a:

§ Articular a política nacional de desenvolvimento com as políticas urbanas, de modo a revelar, construir e potencializar as identidades e vocações dos municípios. Para isso, é fundamental que todas as vantagens competitivas locais sejam exploradas;

§ Escolher as características diferenciadas das cidades de modo a orientar os investimentos estratégicos;

§ Incentivar a participação dos governos estaduais na definição das políticas urbanas, de forma a promover redes regionais com funções complementares;

§ Construir efetivamente a gestão cooperativa nas regiões metropolitanas, incentivando consórcios e outras formas de associativismo comprometidas com o desenvolvimento das regiões;

§ Estimular a implementação do Estatuto da Cidade, apoiando os municípios no esforço de manejar o uso e a ocupação do solo.

Diante da gravidade da situação urbana, o novo governo vai desenvolver em caráter de urgência ações no âmbito institucional e operacional, como:

a) Reforço da capacidade de gestão municipal. Desenvolver e executar, em parceria com os estados, programas de desenvolvimento institucional que contribuam para a modernização da gestão urbana e para a

Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo - Partido dos Trabalhadores (www.pt.org.br) / Fundação Perseu Abramo (www.fpabramo.org.br)

capacitação técnica e gerencial dos agentes públicos, particularmente das administrações municipais;

b) Combate à exclusão por meio de ações de emergência social. A União deverá ampliar a oferta de alternativas de produção de habitações, incluindo a regularização fundiária e a urbanização de assentamentos informais, aliada à ampliação da oferta no mercado formal para as faixas de baixa renda familiar;

c) Investimento em Infra-Estrutura. O novo governo dará prioridade aos investimentos em saneamento ambiental (água, esgoto, drenagem, lixo) e sistemas de transporte coletivo para os municípios.

Projeto Moradia

14. O novo governo mobilizará a sociedade civil pelo direito à moradia digna, buscando assentar as bases para a superação do enorme déficit habitacional queatinge principalmente os mais necessitados e suas famílias. De 1995 a 1999, foram construídas no Brasil 4,4 milhões de unidades habitacionais. Desse total, apenas 700 mil foram produzidas pelo mercado. Isto é, nada menos de 3,7 milhões de moradias foram construídas, em condições precárias, pelas próprias famílias excluídas. Essa tragédia permanente, em vez de diminuir, cresce constantemente. Em 1970, apenas 1% da população da Grande São Paulo vivia em favelas. Em 1995, esse índice saltou para 20%. Em Belo Horizonte, 25% dos habitantes moram em favelas. No Rio de Janeiro, 28%. Em Salvador, 33%. Em Belém, 50%. O Brasil demanda 600 mil novas casas por ano, que devem ser somadas ao déficit habitacional já existente de 5,5 milhões de moradias. Para superar essa situação, o novo governo vai:

§ Priorizar o estímulo à construção de moradias, aquecendo a indústria da construção civil;

§ Orientar sua atuação pela Constituição Federal, que define a Função Social da Propriedade, de modo a racionalizar o uso de milhões de imóveis urbanos vagos em todo o País;

§ Implantar o Projeto Moradia do Instituto Cidadania, de modo a coordenar as ações de política urbana e habitacional, articulando suas principais agências responsáveis;

§ Impulsionar o barateamento dos materiais de construção, por meio da implantação de políticas específicas para este setor, com ênfase em critérios de padronização e fixação de normas para os produtos;

Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo - Partido dos Trabalhadores (www.pt.org.br) / Fundação Perseu Abramo (www.fpabramo.org.br)

§ Incentivar ações das Prefeituras no sentido de elaborar Planos de Ação e Planos de Moradia integrados, que especificarão os investimentos e as obras destinadas às diversas regiões da cidade, com o duplo objetivo de racionalizar a ocupação do solo e assegurar a oferta de serviços essenciais à população;

§ Concentrar o financiamento da habitação nos Fundos de Moradia (nacional, estaduais e municipais), articulando as diferentes fontes de recursos e uniformizando os critérios de financiamento. A Caixa Econômica Federal será a gestora operacional do sistema de financiamento. Para assegurar a oferta de crédito em escala ampla e diversificada será adotado um sistema altamente descentralizado, com a utilização de agentes e promotores de financiamento de diversos portes, distribuídos pelos estados e municípios.

§ Financiar, prioritariamente, a população com renda familiar de até 12 salários mínimos e as regiões onde o déficit habitacional é maior. A solução do problema da moradia digna não depende somente da existência de recursos e sim da criação de condições que garantam o acesso das famílias de baixa renda ao financiamento disponível. Para isso, o novo governo implementará uma política maciça de concessão de subsídio, possibilitando que as famílias beneficiárias paguem o financiamento, a partir de mecanismos que ajustem o valor da prestação à sua renda mensal. As principais fontes de recursos dos Fundos de Moradia virão principalmente do FGTS e de dotações do Orçamento Geral da União;

§ Mobilizar os governos estaduais, prefeituras, câmaras de vereadores e as entidades da sociedade civil no sentido de valorizar o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) como imposto promotor da justiça social e da distribuição de renda nos municípios. Se essa mobilização for alcançada, nosso governo terá lançado as bases para a eliminação do déficit habitacional.

Mobilidade Urbana

15. Os grandes centros urbanos vivem hoje uma grave crise de mobilidade. No que se refere à circulação, houve avanços na redução de mortes e maior eficácia na gestão do trânsito com a municipalização e com o Novo Código de Trânsito Brasileiro. No entanto, o País precisa definir uma Política Nacional de Mobilidade Urbana**,** que dê prioridade para o transporte coletivo.

Nesse sentido, o nosso governo vai:

§ Priorizar o transporte coletivo, aumentando a mobilidade nas cidades e a segurança do usuário, garantindo financiamento para os grandes sistemas;

Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo - Partido dos Trabalhadores (www.pt.org.br) / Fundação Perseu Abramo (www.fpabramo.org.br)

§ Garantir e ampliar a cidadania por meio de uma política nacional de acessibilidade para as pessoas com mobilidade reduzida;

§ Incentivar a melhoria da qualidade ambiental em todas as regiões do país;

§ Estimular a consolidação de redes de transporte público, de grande e média capacidade, e a utilização de mecanismos de integração intermodal;

§ Implementar o Programa Nacional Paz no Trânsito para reduzir o índice de acidentes e mortes no trânsito, com campanhas educativas e linha de financiamento a programas concretos.

Transporte

16. O novo governo desenvolverá uma política nacional de transportes, cujo objetivo será melhorar o serviço aos cidadãos e suprir as demandas do mercado interno e do mercado exportador. Em sua característica mais determinante ao longo de décadas, o setor de transportes no Brasil tem mantido uma excessiva concentração da demanda no domínio rodoviário, tanto no tocante à movimentação de carga como de passageiros. O novo governo trabalhará no sentido de ampliar a participação das modalidades de grande porte, como ferrovias, navegação de cabotagem e navegação interior (hidrovias).

17. No âmbito nacional, estima-se que 96,2% dos passageiros/km são transportados em rodovias, 1,81% em ferrovias e metrôs e o restante por hidrovias e meios aéreos. Em relação às cargas, 60,48% das toneladas/km são transportadas em rodovias, 20,89% em ferrovias, 13,85% em hidrovias e o restante por gasodutos/óleodutos ou meios aéreos.

18. Assim, as ações prioritárias nesse campo serão: (1) Implementação de políticas de incentivo à melhoria do setor de transportes tanto de passageiros como de cargas; (2) Identificação e apoio à implantação de projetos de infra-estrutura de transporte que impulsionem processos de formação de pólos regionais de desenvolvimento; (3) Criação do Conselho Federal de Transportes e estímulo à implantação de instâncias similares nos âmbitos estadual e municipal.

Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo - Partido dos Trabalhadores (www.pt.org.br) / Fundação Perseu Abramo (www.fpabramo.org.br)

Políticas Ambientais
Saneamento e Meio Ambiente

19. O Brasil apresenta índices elevados de internações hospitalares decorrentes de doenças causadas pela deficiência ou mesmo a inexistência de saneamento básico. A implantação desses serviços tem forte impacto na redução das doenças e das taxas de mortalidade infantil, influindo na melhoria de indicadores sociais como o Índice de Condição de Vida da população e do Índice de Desenvolvimento Humano.

20. O novo governo vai se orientar no sentido de: (1) Atender aos mais pobres e às regiões menos favorecidas; (2) Reduzir a poluição e a incidência de doenças relacionadas à insuficiência do saneamento; (3) Aumentar a eficiência dos prestadores de serviços e a eficácia das ações; (4) Estimular o uso de tecnologia apropriada; (5) Estimular a associação de municípios para resolver problemas comuns; (6) Prestar assistência técnica e sanitária, especialmente em pequenos municípios e áreas rurais; (7) Incluir o saneamento na agenda de trabalho dos agentes de saúde, com a identificação de carências; (8) Estimular a construção de fossas e banheiros para os segmentos de baixa renda; (9) Construir laboratórios regionais de referência para análise da água e dos efluentes sanitários; (10) Ampliar a fiscalização sobre a qualidade da água distribuída.

21. Instrumento para a consecução das prioridades macrossociais do nosso governo, abrangendo ações no âmbito de abastecimento de água, esgoto sanitário, gestão dos resíduos sólidos, drenagem urbana e controle de vetores e reservatórios de doenças transmissíveis, a Política Nacional de Saneamento Ambiental tem como objetivo último assegurar os direitos humanos fundamentais de acesso à água potável e à vida em ambiente salubre nas cidades e no campo, e será desenvolvida de modo planejado, orientando-se por critérios epidemiológicos para a priorização das ações, sob gestão pública, integrando os três níveis de governo.

A Política Nacional de Saneamento do nosso governo estará baseada em:

§ Estruturação dos Comitês e Agências de Bacia Hidrográfica, incentivando a implementação da lei de recursos hídricos;

Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo - Partido dos Trabalhadores (www.pt.org.br) / Fundação Perseu Abramo (www.fpabramo.org.br)

§ Subsídio ao tratamento de esgotos onde a poluição afetar mananciais necessários ao consumo humano;

§ Integração das ações de saneamento, desenvolvimento urbano e recursos hídricos, constituindo meios de cooperação entre governos e sociedade;

§ Cooperação federativa como meio de superar impasses nas políticas de saneamento. Para tanto, o novo governo desenvolverá uma política nacional participativa, que busque e instrumentalize a universalização dos serviços, a eqüidade e a eficiência;

§ Modernização dos prestadores públicos de serviços de saneamento, tornando-os sustentáveis e profissionalmente gerenciados;

§ Revisão dos tributos incidentes sobre prestadores de serviços de saneamento, provendo igualdade tributária entre as diversas formas de prestação de serviços;

§ Incentivo à gestão associada dos serviços, com a formação de consórcios, associações e empresas regionais;

§ Estímulo à efetivação de parcerias com o setor privado, de modo a buscar a universalização e a ampliação dos investimentos, o desenvolvimento tecnológico, o aumento da eficiência e a redução de custos, com ações apropriadas a cada realidade local e regional.

Recursos Hídricos

22. O Brasil, com 2,8% da população mundial, ocupa o primeiro lugar em termos de disponibilidade hídrica do planeta, com 12% das reservas mundiais de água doce, sendo que três grandes bacias hidrográficas respondem por 80% desse total.

23. Ao considerar o ambiente (ar, água, solo) como *recursos*, deve-se trabalhar com o conceito de *economia ambiental*. Assim, gerenciar adequadamente esses recursos significa utilizá-los com critério, de modo a que possamos satisfazer as nossas necessidades sem esgotá-los, preservando-os para os usos das gerações futuras. A consciência de que os recursos naturais são limitados diante das necessidades humanas fez com que em vários países (principalmente nos mais desenvolvidos) se criassem mecanismos para administrar esses recursos da melhor maneira possível.

24. O novo governo, aproveitando o conhecimento acumulado pelos organismos responsáveis pela administração dos recursos hídricos, pelas empresas responsáveis por hidrelétricas, pelas organizações ribeirinhas e por outras tantas organizações que vivem em função de nossos rios, vai dar prioridade à revitalização de bacias, numa visão de integração nacional, entendendo que os rios são corredores de desenvolvimento fundamentais.

25. Nas cidades brasileiras, 11 milhões de pessoas não têm acesso ao abastecimento de água tratada, estando sujeitas a inúmeras doenças gastrointestinais. Ainda assim, há um enorme desperdício, da ordem de 45% do volume produzido. Destacam-se os seguintes pressupostos para a ação do governo em relação à água: a) definição desse recurso como um bem de domínio público; b) entendimento de que se trata de um recurso natural limitado, que possui valor econômico e que deverá ter uso racional e utilização mais preservacionista; c) respeito ao uso múltiplo do recurso dando condições igualitárias de acesso a todas as categorias usuárias (saneamento, pesca, lazer e outros).

Energia

26. O novo governo vai restabelecer o planejamento estratégico que existia no setor elétrico e foi abandonado com a tentativa de implantação de um modelo de mercado. Com o desmonte do planejamento integrado, a cisão e privatização de empresas, o Brasil abriu mão da sinergia de seu sistema e de uma de suas principais vantagens: a produção da energia elétrica mais barata do mundo. O planejamento integrado proposto exige uma nova estrutura institucional, envolvendo: hidroeletricidade, petróleo e gás natural, carvão, geração nuclear (Angra I e II), fontes alternativas (eólica, solar e biomassa), eficiência energética e co-geração e geração desconcentrados.

27. Para os objetivos definidos no planejamento, deverá ser mobilizado o setor público e incentivado o setor privado. Para isso deverá trabalhar a partir de requisitos de qualidade e confiabilidade; modicidade das tarifas; respeito à legislação ambiental, e reinvestimento de parte dos lucros em projetos destinados a modernizar o sistema e a expandi-lo proporcionalmente ao desenvolvimento econômico.

Setor Elétrico

Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo - Partido dos Trabalhadores (www.pt.org.br) / Fundação Perseu Abramo (www.fpabramo.org.br)

28. A crise vivida recentemente por este setor tem raízes no modelo anteriormente adotado, em que havia praticamente um monopólio estatal. Apesar do esgotamento e das falhas desse modelo, a possibilidade de fazer um planejamento integrado permitia detectar os problemas em tempo de se adotar as providências e fazer as reformas necessárias para que se evitasse sobressaltos.

29. O país viveu, nos anos 80, graves desajustes neste setor tão sensível para a economia, com os governos da época utilizando as empresas saudáveis do setor para ampliar o endividamento externo do país.

30. Ao longo da década de 1990, o atual governo concluiu que os problemas existentes resumiam-se, simplesmente, à presença do Estado no setor elétrico. O modelo de mercado que se procurou impor desestruturou o planejamento e, mesmo sem fazer as alterações cabíveis, privatizou empresas e modificou as regras do setor abruptamente. Como resultado tem-se um setor elétrico profundamente desajustado, necessitando ser “revitalizado”.

31. No nosso governo, as bases de sustentação dessa atividade não serão entregues apenas às forças do mercado nem a uma visão tecnocrática e autoritária, centralizadora. Devem ter caráter participativo, criando mecanismos de controle social e de incorporação de contribuições dos diversos segmentos da sociedade, dos consumidores residenciais, da indústria, da agricultura, do comércio e dos serviços.

32. A política energética do novo governo, além de garantir a continuidade do abastecimento, sem os sobressaltos de racionamentos, visará ao desenvolvimento sustentável. Também estará em harmonia com o meio ambiente, considerando a diversidade na otimização do aproveitamento das fontes de energia disponíveis localmente.

33. Deve-se garantir políticas que levem as empresas estrangeiras, recém-chegadas ao setor com as privatizações, a realizar investimentos no país a partir de uma perspectiva justa de ganhos. A internalização também deverá ocorrer na forma de transferência de tecnologias, principalmente nos aproveitamentos do potencial de energias renováveis, além do aproveitamento de equipamentos de produção nacional, estimulando a indústria nacional.

34. No plano internacional, a complementaridade regional é um dado da realidade. O Brasil importa petróleo, gás natural ou energia elétrica de vários países vizinhos: Venezuela, Argentina, Bolívia e Paraguai, com o qual compartilha a hidrelétrica de Itaipu. Por isso mesmo, a integração energética

Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo - Partido dos Trabalhadores (www.pt.org.br) / Fundação Perseu Abramo (www.fpabramo.org.br)

no continente sul-americano pode ser um instrumento eficaz para a ampliação do Mercosul.

35. Apesar dos graves problemas da Medida Provisória 14, transformada na Lei 10.438/2002 – sobretudo os encargos financeiros do racionamento, que o governo repartiu com a população que tanto soube colaborar para evitar o apagão –, mesmo esta medida traz em seu bojo três providências importantes: 1) PROINFA – Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica; 2) CDE – Conta de Desenvolvimento Energético; 3) medidas visando garantir a universalização do serviço de energia.

36. Tais programas deverão ser valorizados, pois têm o mérito de apontar soluções para questões que o Brasil sempre deixou em segundo plano, seja o aproveitamento de seu enorme potencial energético a partir de fontes limpas, alternativas e renováveis, seja as metas de universalização ou o significativo potencial de conservação de energia existente no País.

37. As políticas do nosso governo estarão voltadas para evitar uma reedição da crise de 2001, restabelecer a segurança dos agentes e evitar os freqüentes apagões regionais, alguns de abrangência quase nacional. No caos organizacional do setor elétrico existe um sério conflito de competências, dada a indefinição e/ou sobreposição de atribuições nas diversas instâncias criadas na tentativa de garantir o modelo de mercado. Por isso, o nosso governo vai restituir o ordenamento de atribuições das instituições envolvidas na política setorial, como o Ministério de Minas e Energia (MME), a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), o Operador Nacional do Sistema (ONS), o Mercado Aberto de Energia (MAE) e a Eletrobrás. O objetivo é definir claramente as funções de cada instância, extinguindo aquelas cuja existência se mostrar desnecessária. Após esse momento inicial, de ajuste das atribuições e responsabilidades, será iniciado um processo gradativo, sem rupturas nem atropelos, de redefinição setorial, com o estabelecimento de mecanismos de participação e gestão por parte da sociedade.

38. As ações básicas serão desenvolvidas no sentido de impedir a transferência de renda do setor energético; retomar os investimentos setoriais, alavancando os expressivos recursos próprios das empresas públicas e atraindo o capital privado para expansão do sistema; impedir a cisão de Furnas, Eletronorte e Chesf, orientando as empresas que se mantêm sob o controle da União e dos estados a reinvestirem na expansão, de acordo com a capacidade financeira de cada uma.

Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo - Partido dos Trabalhadores (www.pt.org.br) / Fundação Perseu Abramo (www.fpabramo.org.br)

39. Será adotado o conceito de concessionário de serviço público de geração de energia elétrica para garantir o abastecimento, respeitando contratos e valorizando a figura do concessionário de geração para serviço público, prevista na Lei 9.074; serão definidos os critérios de garantia da energia, com especificação das situações em que o suprimento poderá ser interrompido e qual a margem de segurança adequada para ser seguida. Uma vez definidos, os níveis de risco deverão ser divulgados para permitir ao consumidor o exercício de fiscalização sobre a situação da energia elétrica.

40. Todas as usinas hidrelétricas de porte devem ser administradas como concessionárias de serviço público, sejam elas estatais ou privadas.

41. Subsidiariamente ao Planejamento Energético Integrado, deve-se ganhar capacidade de planejamento de longo prazo, integrando geração e transmissão com vistas a ampliar a sinergia entre regiões, bem como o uso racional da água e das demais fontes de energia.

42. Será adotado o conceito de planejamento regional, levando em conta os problemas ambientais e os benefícios do empreendimento à região e às populações atingidas.

43. Nosso governo vai estimular a ampliação dos investimentos de empresas privadas na expansão do setor. Vai desenvolver políticas para garantir que a expansão do setor elétrico se dê em bases sustentáveis; para estimular o uso eficiente de energia e também vai fomentar a pesquisa científica e o desenvolvimento tecnológico, articulados com a política industrial.

44. Vai, por fim, rediscutir o Programa de Termeletricidade, de modo a que ele não seja um fator de elevação do custo marginal da energia elétrica, com impacto sobre as tarifas para o consumidor.

Setor Petróleo

45. O petróleo, seus derivados energéticos e não energéticos e o gás natural ocupam uma posição central e estratégica para a vida moderna. Por isso mesmo, nosso governo vai aprofundar as políticas que projetam a Petrobrás como empresa integrada de energia vocacionada para a atuação regional e global. A companhia tem especialidades e competências, como a tecnologia de águas profundas, que a credenciam como um competidor global. Assim, ela deve assumir, de forma crescente, seu papel estratégico nacional e internacionalmente.

46. É da característica intrínseca desse setor o conceito de companhia integrada. A empresa não renunciará às atividades de pesquisa e lavra;

Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo - Partido dos Trabalhadores (www.pt.org.br) / Fundação Perseu Abramo (www.fpabramo.org.br)

transporte (óleo e gasodutos, terminais e navios especiais); refino e industrialização de produtos de transformação (petroquímica e fertilizantes) e distribuição e comercialização de derivados energéticos e lubrificantes. Mais do que isso, a empresa deve afirmar seu caráter de companhia integrada de energia, que trabalha com várias matrizes, como o gás e o álcool. Entretanto, justificam-se as exigências e necessidades de controle social sobre a empresa, tanto do ponto de vista dos negócios quanto do ponto de vista ambiental, o que se faz e se fará por meio do Congresso Nacional e da Agência Nacional de Petróleo.

Álcool Combustível

47. Nosso governo desenvolverá política de incentivo à produção e uso do álcool pelo seu valor nacional e ambiental. Essa proposição pressupõe o estímulo da produção de carros à álcool, de renovação de frota vinculada a este combustível e outras medidas a serem definidas em fórum específico para o setor.

Tecnologia da Informação

48. A Tecnologia da Informação é o grande fenômeno do final do século XX e deste início de século XXI. Com a disseminação do computador, da internet e da comunicação móvel, as sociedades ganharam grandes ferramentas para a massificação do conhecimento e para o aumento de produtividade das Nações, de suas indústrias, de seus serviços e do conjunto de sua atividade econômica e cultural. O desafio, na era do Conhecimento, é evitar que a Tecnologia da Informação acabe criando um fosso entre os que têm e os que não têm acesso aos bens e à habilidade requeridos na Era Digital.

49. Mais que nunca, a política setorial deverá ser integrada, para que aproveitemos a sinergia e os ganhos de produtividade no atendimento às demandas sociais. Temos a oportunidade histórica de tirar proveito da convergência tecnológica decorrente da digitalização dos sinais de voz, imagem e dados.

50. A Tecnologia da Informação, ferramenta imprescindível em todos os setores da vida nacional, principalmente dentro de uma nova política de produção cultural e de acesso à informação, será colocada a serviço do desenvolvimento de uma nova consciência cidadã, crítica e participativa.

Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo - Partido dos Trabalhadores (www.pt.org.br) / Fundação Perseu Abramo (www.fpabramo.org.br)

51. O nosso governo vai estimular o pleno envolvimento da sociedade na definição das políticas setoriais, tanto do ponto de vista da inserção industrial do País quanto do emprego maciço da Tecnologia da Informação nos serviços públicos, na atividade produtiva e na educação. A Lei de Informática em vigor fornece o quadro legal a partir do qual deverão ser aprofundados os esforços no sentido do investimento em Pesquisa & Desenvolvimento, mobilizando a comunidade científica, os institutos de tecnologia e as empresas privadas para a produção de *software* e o desenvolvimento da microeletrônica naqueles nichos que apresentarem oportunidades tanto para a substituição de importações como para as exportações.

52. No âmbito de uma administração pública eficaz, o novo governo dará especial atenção aos serviços ao cidadão, com atendimento de qualidade, transparente e informativo. Caberá, portanto, ao governo garantir a plena acessibilidade do cidadão, por meios digitais, à rede de serviços públicos, ampliando e tomando novas iniciativas no sentido de construir o governo eletrônico.

53. A Tecnologia da Informação permite, na agricultura, o controle da distribuição fundiária por região, o cadastro de terras, a identificação de terras agricultu ráveis, a gestão dos projetos de assentamento e assistência técnico-financeira.

54. Na educação, o uso da Tecnologia da Informação abrange os procedimentos administrativos e pedagógicos, ambos intrinsecamente dependentes de um esforço de capacitação dos agentes de ensino (professores, coordenadores e apoiadores) no uso desse recurso tecnológico.

55. Na questão habitacional, a Tecnologia da Informação será utilizada para a correta identificação das necessidades de moradia globais e localizadas, gerais e específicas da população, bem como para a gestão eficaz e transparente dos programas.

56. Na saúde, as aplicações de Tecnologia da Informação como suporte às ações governamentais têm caráter de integração, racionalização e fomento às ações necessariamente descentralizadas do poder público em todo o país, através do Sistema Único de Saúde (SUS).

57. Na segurança pública, a Tecnologia da Informação será instrumento de grande utilidade tanto em soluções de infra-estrutura (equipamentos e pessoal) como na montagem de uma rede com bases de dados voltados para o combate ao narcotráfico e ao contrabando de armas, cadastro centralizado de criminosos entre outros fins.

Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo - Partido dos Trabalhadores (www.pt.org.br) / Fundação Perseu Abramo (www.fpabramo.org.br)

O novo governo tratará, portanto, a gestão de informações a partir de três eixos principais:

§ **Gestão e Governabilidade**. Promover a integração horizontal e vertical das estruturas de governo e a coordenação e acompanhamento de suas ações;

§ **Governo Eletrônico**. Estimular a mais ampla prestação de serviços e informações de qualidade para os cidadãos;

§ **Democratização do acesso às Tecnologias de Informação**. Incentivar a criação de mecanismos e políticas que permitam o aprendizado, o acesso e a incorporação maciça das tecnologias de informação e que possibilitem o compartilhamento de soluções entre diferentes níveis de governo.

Política de Infra-Estrutura de Comunicação Telecomunicações

58. Em 29 de julho de 1998 ocorreu a privatização do sistema Telebrás. O modelo adotado pelo atual governo nas telecomunicações mudou profundamente o panorama das comunicações no País, pulverizando na sociedade o número de telefones, tanto fixos quanto móveis, e multiplicou as redes de comunicação, mas vai enfrentar desafios importantes em duas direções. De um lado, a universalização dos serviços, de outro, as acomodações que deverão advir da crise internacional do setor, resultante do estouro da bolha financeira das empresas de tecnologia. Uma das características em todo o mundo, mesmo diante da pretensão de se implantar um modelo competitivo, é que no mercado local a competição dificilmente se efetiva, pois as operadoras dominantes inibem a entrada de concorrentes. No Brasil, menos de 10% dos municípios têm mais de uma opção de prestadora de telefonia fixa. Mesmo assim, as operadoras dominantes possuem mais de 95% do mercado.

59. A universalização pretendida pelo atual governo ignorou os efeitos da perversa distribuição de renda nacional. Na telefonia fixa, cresceu a densidade telefônica que era de 13,6 em 1998 para 27 telefones por 100 habitantes no final de 2001. Entretanto, cerca de 10 milhões de telefones estão nas prateleiras das operadoras, por falta de renda dos potenciais consumidores dos serviços. Nas cidades mais pobres, a densidade telefônica prossegue muito baixa.

Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo - Partido dos Trabalhadores (www.pt.org.br) / Fundação Perseu Abramo (www.fpabramo.org.br)

60. O modelo tarifário adotado dificulta a universalização. A assinatura residencial acumula um reajuste de mais de 3.700% no período de 1995 a 2001, quando, no mesmo período, o índice do custo de vida ficou em 174%. É uma das principais razões para o alto nível de inadimplência, que se soma à estagnação dos níveis de renda. Dos mais de 5.000 municípios brasileiros, menos da metade, 2.300, são cobertos pela telefonia celular.

61. Cabe, neste quadro, fomentar uma ampla discussão para revisão do cálculo de reajuste tarifário do serviço telefônico fixo local, aliviando os serviços mais utilizados pelos segmentos de menor renda.

62. Dentro dos marcos regulatórios e contratuais vigentes, caberá acompanhar e co-participar dos processos de fusão e incorporação das empresas, visando assegurar a manutenção dos espaços competitivos.

Expediente

Coligação Lula Presidente
Luiz Inácio Lula da Silva – Candidato a Presidente
José Alencar – Candidato a Vice-Presidente

Partidos da Coligação
Partido dos Trabalhadores (**PT**) – José Dirceu de Oliveira e Silva (Presidente)
Partido Comunista do Brasil (**PCdoB**)- José Renato Rabelo (Presidente)
Partido Liberal (**PL**) – Valdemar Costa Neto (Presidente)
Partido da Mobilização Nacional (**PMN**) – Oscar Noronha Filho (Presidente)
Partido Comunista Brasileiro (**PCB**) – Zuleide Faria de Melo (Presidente)

Comissão de Programa de Governo

Coordenador
Antônio Palocci Filho
in memorian
Celso Daniel

Membros
Aloizio Mercadante, Gilney Viana, Jorge Bittar, Luiz Dulci, Luiz Marinho, Marcel Frison, Marcelino Pies, Marcelo Déda, Márcio Meira, Marco Aurélio Garcia, Maria da Conceição Tavares, Maria Victória Benevides (Ouvidora), Marina Silva, Marta Suplicy, Matilde Ribeiro, Miguel Rossetto, Nelson Pelegrino, Oded Grajew, Patrus Ananias, Ronald Rocha, Tania Bacelar, Tarso Genro.

Convidados
Gilberto Carvalho, Ivete Garcia, Newton Lima Neto, Ricardo Carneiro,
Ana Maria M. da Fonseca

Coordenação Executiva
Antonio Prado e Clara Ant

Programa de Governo: Coligação Lula Presidente

Capa: Duda Mendonça

Diagramação: Sérgio Gerber
Colaboração: Silene Santos e Cesar Ogata

Comitê Lula Presidente
Rua José de Magalhães, 340 – São Paulo – SP - CEP 04026-090
Tel. (11)5908-6888 – Fax (11) 5908-6888 ramal 142
e-mails: secretariapag@pt.org.br
ouvidoria@pt.org.br
pag2002@pt.org.br

Sítios Úteis
www.lula.org.br
www.pt.org.br
www.liderancadopt.org.br
www.icidadania.org.br
www.fabramo.org.br

2002